

**O cotidiano familiar e a construção do *habitus* no meio rural
tocantinense**

Family daily life and the construction of *habitus* in rural Tocantins

Renata Rauta Petarly

renatapetarly@mail.uft.edu.br

Professora da Universidade Federal do Norte do Tocantins -UFNT.

Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins-UFT

RESUMO

Esse artigo tem o objetivo de apresentar um esboço do cotidiano familiar tocantinense, a partir do estudo do espaço social da agricultura familiar de um município. O levantamento de dados se deu a partir de questionários com 41 famílias. A base teórica é a teoria bourdieusiana e chayanoviana. Os resultados analisados a partir da Análise de Correspondência Múltipla apontaram para a existência de dois habitus que distinguem e posicionam as famílias no espaço social da agricultura familiar e suas distinções são percebidas a partir do acesso à educação, inserção dos filhos do espaço do trabalho e o posicionamento das mulheres nas unidades produtivas familiares.

Palavras-Chave: Agricultura familiar; Tocantins; Divisão sexual do trabalho.

ABSTRACT

This article aims to present an outline of the family's daily life in Tocantins, based on the study of the social space of family farming in a municipality. Data collection was based on questionnaires with 41 families. The theoretical basis is bourdieusian and chayanovian. The results analyzed from the Multiple Correspondence Analysis pointed to the existence of two habitus that distinguish and position families in the social space of family farming and their distinctions are perceived from the access to education, insertion of children in the work space and the positioning of women in family production units.

Keywords: Family farming; Tocantins; Sexual division of labor.

Introdução

Esse artigo tem o objetivo de apresentar um esboço do cotidiano familiar rural do Tocantins descrevendo características que demonstram a construção de um *habitus* comum ao espaço social rural da agricultura familiar, tendo como base os meios de vida das famílias do município de Wanderlândia, localizada na região norte desse estado. Meu intuito não é generalizar os meios de vida dessas famílias acreditando que eles se repetem em todos os cantos do interior do Tocantins. A tentativa desse estudo é demonstrar como essas famílias se organizam no espaço social, como se estruturam e se reproduzem socialmente a fim de criar indicativos de uma realidade comum ou distante das outras regiões do estado.

O pano de fundo teórico é o conceito de campesinato de Alexander Chayanov (2014) e de construção de *habitus*, de Pierre Bourdieu (1989). Como ambos autores apresentam uma realidade do espaço rural distinta da realidade vivenciada no Brasil, também apresentarei estudos diversos que se basearam em ambas teorias, mas que a adaptaram à realidade rural brasileira. O ponto de partida desse ensaio é o de compreender, também, a dualidade existente no meio rural e que precisa vir à tona para se analisar como se dão as relações sociais estabelecidas nesse espaço. Assim, apresentarei a relação que as famílias estabelecem com o espaço urbano do município e com a divisão geracional e de gênero do trabalho existente no interior das unidades produtivas familiares.

Ainda são incipientes os estudos rurais que se dedicam a compreender o espaço social da agricultura familiar tocantinense a partir da compreensão do rural como um espaço de vida. Os estudos realizados se dedicam a compreender os assentamentos de reforma agrária, as comunidades quilombolas, indígenas e os reassentados dos grandes empreendimentos hidrelétricos. Quando analisam a agricultura familiar, o fazem sob o olhar de seus empreendimentos ou de sua organização política e social (CARVALHO e PEDROSO NETO, 2016; RIBEIRO e FINCO, 2015; SEGURA, RODRIGUES e CASTRILLON, 2016). Nesse sentido, esse estudo se dedica a preencher uma lacuna que desvenda qual é o espaço social da agricultura familiar de um município, tendo como objeto as famílias que acessaram as políticas públicas de inclusão produtiva, em específico o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) por mais de um ano consecutivo.

Importante destacar que esse estudo faz parte de uma tese de doutoramento defendida em 2021 e teve sua pesquisa de campo realizada entre 2019 e 2021. Ela foi realizada tanto com informantes-chaves, quanto com os membros das famílias de agricultores familiares que acessaram o PAA e/ou o PNAE. O questionário com questões abertas e fechadas foi utilizado com o intuito de caracterizar o grupo de famílias pesquisadas de acordo com seus traços gerais (TRIVIÑOS, 2009). O delineamento desses é necessário para construir a morfologia do grupo estudado, com o intuito de localizar as famílias no espaço social ao qual estão inseridos. Para essa etapa foi realizado um levantamento de todos os titulares dos projetos acessados pela prefeitura de Wanderlândia (um projeto no ano de 2013 e outro no ano de 2015) e pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (2015 a 2018)¹. Foram identificados e analisados os seguintes itens: a) o questionário para mapeamento do substrato populacional do grupo de famílias pesquisadas, levando em consideração informações econômicas (como renda total auferida da propriedade, extensão e titularidade da terra; diferentes fontes de renda; participação de empreendimentos coletivos de acesso aos mercados), sociais (sobre a composição familiar, escolaridade dos membros da família, origem demográfica dos membros adultos, raça e idade) e produtivas (com os itens produzidos, canais de comercialização e fontes de financiamento), o questionário também abordará sobre temas como divisão do trabalho produtivo e doméstico entre os membros da família e sobre a divisão de tarefas relativas à gestão burocrática e financeira dos programas acessados, levando em consideração o período recente e o período anterior ao acesso das famílias nesses programas governamentais.

Como metodologia para análise dos dados dos questionários, optou-se pela Análise de Correspondência Múltipla (ACM). A opção por um procedimento estatístico permite que a coleta de dados e a compreensão detalhada na trajetória dos indivíduos e suas famílias reduzam a possibilidade de enviesamento das interpretações geradas por determinados posicionamentos de cada família no campo social (LEBARON, 1996). Para

¹ Alguns critérios foram considerados para a delineamento da população que participaria dessa etapa: ter entregado a produção por um ano ou mais; sua propriedade rural ser localizada no município de Wanderlândia; residir dentro dos limites geográficos do município; não considerar cadastros repetidos de uma mesma pessoa; não utilizar mais de um cadastro por unidade produtiva familiar. Foram identificados 48 cadastros. À ida ao campo ainda fez com que 7 famílias não participassem da pesquisa¹. Após esses delineamentos, a população que respondeu ao questionário foi de 41 famílias.

a realização da ACM, foi utilizado o software Coheris Analytics Spad (SPAD) que resultou na apresentação de 17 eixos, com taxa modificada de Benzecri totalizando em 71,3% nos dois primeiros eixos, sendo 30,7% no primeiro, 24,1% no segundo eixo e 16,6% no terceiro eixo. Seguindo o “método de contribuições” (BONNET, LEBARON e LE ROUX, 2015), foi analisado apenas as categorias que contribuíram com o eixo e com a inércia geral acima da média, ou seja, $100/396 = 0,25$.

Referencial teórico: O conceito de espaço social e de habitus

O ponto de partida para se compreender a proposta teórica de Bourdieu é apreender que a realidade social é relacional. Isso posto, têm-se que só é possível compreender o comportamento humano ou as práticas sociais a partir das relações que elas estabelecem dentro de um campo que determina e que é determinado pelo *habitus* do grupo no qual as relações se estabelecem (BOURDIEU, 2008).

O espaço social global é definido por Bourdieu (2001) como uma “estrutura de justaposição de posições sociais, ou seja, definidas como posições na estrutura de distribuição de diferentes espécies de capital” (BOURDIEU, 2001, p. 164). A construção desse espaço social é realizada de tal modo que o que determina a organização e alocação dos agentes dentro desse espaço são “dois princípios de diferenciação”: os capitais econômico e cultural (BOURDIEU, 2008, p. 19). Como o que localiza os agentes são as propriedades (ou a ausência delas) que possuem, uma propriedade é sempre localizada em relação à propriedade do outro. Isso significa dizer que as distâncias espaciais entre os agentes são também as distâncias sociais vivenciadas por eles. Essa estrutura também pode ser compreendida como um espaço de interação e de interseção entre os diferentes campos, que transformam esse espaço social em um campo de forças, onde os agentes se relacionam e exercem relações de força uns sobre os outros e utilizam, para isso, meios e fins diferenciados que são determinados por sua posição nesse campo. Importante destacar que nenhuma dessas classificações ou posicionamentos ocorre de maneira intencional pelos agentes. Essas disposições atuam sobre os indivíduos como uma força externa que se impõe sobre as relações sociais e que são pré-reflexivas no direcionamento de ações nos agentes (BOURDIEU, 1989; 2008).

É importante ressaltar que, por possuir essas características, o *habitus* também se concretiza como determinante dos esquemas classificatórios que direcionaram as visões de mundo e as divisões morais da subjetividade dos agentes. Esses esquemas garantem

que um determinado grupo possua signos distintivos de outros grupos que, por serem relacionais, acabam por entrar em conflito e se posicionam como em um campo de forças (BOURDIEU, 2008). Em suma, é possível compreender que o espaço social é um espaço de relações em que é possível localizar cada agente a partir da sua aproximação com outros agentes (a partir dos princípios classificatórios utilizados). O autor explica que “o conhecimento da posição ocupada neste espaço comporta uma informação sobre as propriedades intrínsecas (condição) e relacionais (posição) dos agentes” (BOURDIEU, 1989, p. 136). Ou seja, a mudança de lugar dentro desse espaço sempre levará em consideração aspectos relacionados ao trabalho, ao tempo e, principalmente, às relações sociais estabelecidas, que podem reforçar a posição ou alterá-la dentro do espaço. Além disso, “a posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles” (BOURDIEU, 1989, p. 134). É válido afirmar que o agrupamento de agentes no espaço social não deve deixar de lado as semelhanças econômicas e culturais que são fundamentais na conformação de seus *habitus*. No entanto, não é impossível utilizar outros princípios de divisão entre os agentes que ultrapassam esses dois, como por exemplo, as características étnicas, geracionais ou de identidade de gênero (BOURDIEU, 1989).

O que apenas tende a unificar, mas não homogeneíza os *habitus* individuais das pessoas dentro do campo, são as trajetórias sociais singulares às quais esses indivíduos vivenciaram durante sua vida (BOURDIEU, 2013). Pode-se dizer que, ao incorporar o *habitus* ou novas formas comportamentais dentro do campo, cada indivíduo (por possuir uma trajetória única) interioriza e exterioriza o *habitus* de maneira diferente. Essa noção de trajetórias sociais “correspondem séries de determinações cronologicamente ordenadas e irredutíveis umas às outras” (BOURDIEU, 2013, p. 100), que estrutura e é estruturada por experiências anteriores e que influencia o indivíduo a partir de seus critérios de seleção.

A partir dessa lógica, é possível compreender que o *habitus* é resultado de um conjunto de condições de existência, uma estrutura estruturada que antecipa práticas, cria uma estrutura de representações e sua composição é coletivamente orquestrada (BOURDIEU, 2013). Ou seja, seu funcionamento produz práticas determinadas pela antecipação de suas consequências, sendo, assim, reprodutoras das estruturas as quais são

seu produto (BOURDIEU, 2002). É o *habitus* que explica porque tomamos determinada atitude, escolhemos determinada ação e antecipamos determinadas consequências e é através dele que reproduzimos as estruturas nas quais estamos inseridos e das quais somos produtos. Ele é uma matriz de percepções, de apreciações e de ações que refletem o comportamento do grupo social no qual estamos envolvidos e ao qual nos relacionamos no interior da estrutura social (BOURDIEU, 2002; 2008). É devido a ele que, ao tomar uma decisão, os indivíduos também levam em consideração experiências vivenciadas no passado, ao invés de calcularem apenas os ganhos imediatos, por exemplo. Por se constituir de uma “história incorporada”, o indivíduo não identifica o mesmo como tal, portanto, apesar do *habitus* ser absorvido como fato natural, biológico e determinado, é ele que permite que as práticas sociais possuam certa independência relativa às determinações exteriores do momento vivenciado (BOURDIEU, 2013, p. 93). De maneira inconsciente, esse senso prático sobre como agir exerce na individualidade de cada um e permite que o indivíduo saiba como se comportar sem que, para isso, precise de indicações ou repreensões (BOURDIEU, 2001). Têm-se, inclusive, que a maior influência sofrida no comportamento é aquela que, por estar inculcada no indivíduo, não se percebe (BOURDIEU, 2002).

Ao levar em consideração suas experiências passadas, a ação individual acaba por se repetir dentro dos mesmos contextos sociais, levando, assim, a manutenção de certas práticas, valores e atitudes ao longo do tempo. A repetição não é resultado do determinismo, por exemplo, mas sim pela manutenção do *habitus*. Como o *habitus* é orquestrado coletivamente, ou seja, ele é construído por meio das relações sociais dentro de um espaço social em que as relações de poder se organizam, as ações individuais se solidificam através das pressões e limites impostos socialmente para a garantia da manutenção daquele *habitus* (BOURDIEU, 2013).

No que diz respeito à incorporação das estruturas pelos indivíduos, Bourdieu (2002) explica que, desde a infância, as crianças, ao imitarem o comportamento dos adultos, estão aprendendo uma série de práticas. Essa incorporação de práticas é racionalmente ensinada pelos adultos que também ensinam a essas crianças um comportamento que devem ter, que seja, dentro dessa racionalidade, aceita perante a sociedade. É a partir de um trabalho pedagógico que se habitua um corpo a deixar de ser selvagem para se tornar um corpo estruturado. Essa estruturação dos corpos, inclusive, faz com que suas “marcas” sexuais sejam elementos constitutivos na explicação da

divisão sexual do trabalho perpetuada desde as sociedades tradicionais. Assim é, por exemplo, o convívio com o pai e com a mãe que interioriza nas crianças os sistemas de divisão sexual do trabalho. O conflito geracional, outro exemplo, não é apenas um conflito entre pessoas de idades diferentes, mas, sim, o reflexo da incompatibilidade entre *habitus* que foram produzidos por diferentes elementos em diferentes épocas, contextos e sistemas de classificações distintos (BOURDIEU, 2002).

Tendo em vista que o *habitus* de cada indivíduo é resultado de um processo singular de suas trajetórias sociais pessoais, a estrutura que determina o *habitus* também é estruturada pelas escolhas desse indivíduo. Se sua escolha de trajetória é efetuada a partir do seu processo histórico de vivências junto a outros indivíduos, não é possível desvincular o conceito de *habitus* de estrutura estruturante e estruturada que direciona o comportamento de grupos dentro de uma estrutura (BOURDIEU, 2013). Ao mesmo tempo, ações coletivas são produtoras do acontecimento que produziram, visto que essas ações são resultado de uma conjuntura objetiva, ou seja, um conjunto de disposições e de algum acontecimento objetivo, e podemos afirmar também que, por compartilharem de uma mesma conjuntura, os indivíduos que viveram nas mesmas condições objetivas tendem a ser suportes dos mesmos *habitus*. Por esse motivo, ao serem analisados diferentes grupos sociais, é necessário que essa compreensão se dedique às relações estabelecidas entre os diferentes *habitus* desses grupos (BOURDIEU, 2002).

É ainda possível destrinchar a ideia de *habitus* enquanto um conceito multifacetado composto pela *hexis*, que é a forma pela qual o corpo absorve os símbolos necessários para saber a melhor maneira de se comportar em determinado contexto; pelo *ethos*, que são as disposições morais práticas consolidadas de maneira sistemática, lógica e coerente e; o *eidós*, que são os princípios da constituição coletiva da realidade. Ao se refletir que o *habitus*, então, é a junção entre o que levamos em consideração para melhor agir, a partir do contexto e das disposições morais dentro de uma realidade coletiva, temos que não é possível compreender as práticas sociais sem compreendermos antes como se constitui a sociedade e a própria individualidade (BOURDIEU, 2001). Pode-se dizer, então, que *habitus* é a face subjetiva dos agentes e campo é a face objetiva do espaço social que, analisados por meio da sua relação dialética, nos permite compreender como se dão as práticas sociais.

A unidade de trabalho e produção familiar

Uma característica importante para se descrever os meios de vida da agricultura familiar wanderlandiense é a organização familiar para o trabalho, ou seja, como as famílias se organizam internamente para realizar as atividades econômicas relativas à produção agrícola. A organização do trabalho nas famílias da agricultura familiar pode ser compreendida por meio do estudo dos meios de vida camponês realizado por Chayanov, na Rússia. Apesar de analisar um contexto totalmente diferente da atualidade brasileira, a concepção chayanoviana apresenta elementos de uma “atualidade surpreendente” (WANDERLEY, 2014, p. 142) e que auxiliam na proposta desse estudo.

Sendo assim, o primeiro elemento a ser levado em consideração é que a unidade familiar de produção agrícola não deve ser comparada com uma unidade de produção capitalista, visto que possui princípios gerais de funcionamento interno divergentes. Ao contrário de uma empresa capitalista propriamente dita, a unidade familiar não se organiza objetivando a exploração máxima da mais-valia. Sua organização se baseia no trabalho dos próprios proprietários, ou seja, da própria família. Outra característica levantada por Chaynov (2014) para compreensão e categorização dos camponeses é a agricultura como subsistência. Ou seja, é necessário compreender que existem diversos tipos de agricultores familiares: os que possuem na agricultura as características do campesinato de subsistência e os que não possuem na agricultura as características de subsistência. Para realizar essa distinção, utilizo os critérios de equilíbrio da produção versus mão de obra familiar despendida e o critério da contratação de mão de obra para equilibrar a quantidade de produção obtida e os denomino como agricultores familiares de subsistência e agricultores familiares empresariais.

Esses critérios facilitam essa compreensão visto que, quando uma família planeja sua produção para fins comerciais com uma quantidade a ser produzida muito superior à demanda interna de consumo e à oferta interna de mão de obra, passa a haver a necessidade de contratação de mão de obra externa e o escoamento da produção torna-se ainda mais necessário para custear as despesas de sua produção em excedente. Sendo assim, nesse momento, distingo as famílias em dois grupos: a) equilibram mão de obra familiar produtiva com a própria demanda familiar por consumo e não realiza nenhum tipo de contratação de mão de obra para realização da produção de alimentos e b) necessitam de mais mão de obra do que a oferta familiar, visto que produzem além da demanda interna por consumo.

Tabela 1 Famílias com características de agricultura de subsistência

FAMÍLIA	LOCALIZAÇÃO	COMPOSIÇÃO FAMILIAR	RAÇA/COR
F1	P.A. Costa Rica	8	Branca
F2	P.A. Ipê Amarelo	2	Negra
F14	P.A. Costa Rica	4	Negra
F17	Serra de São Félix	2	Branca
F18	Serra de São Félix	3	Negra
F22	P.A. Ipê Amarelo	2	Negra
F24	Serra de São Félix	3	Negra
F25	Serra de São Félix	2	Negra
F26	Serra de São Félix	3	Branca
F28	Correntino	1	Negra
F32	P.A. Estrela	1	Negra
F33	P.A. Costa Rica	6	Negra
F35	P.A. Costa Rica	2	Negra
F39	P.A. Ipê Amarelo	2	Negra

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Tabela 2 Famílias com características de agricultura empresarial

FAMÍLIA	LOCALIZAÇÃO	COMPOSIÇÃO FAMILIAR	RAÇA/COR
F3	P.A. Ipê Amarelo	1	Branca
F4	Araçulândia	3	Branca
F5	Floresta	3	Negra
F8	Serra de São Félix	3	Negra
F13	Vila Matias	3	Branca
F19	Serra de São Félix	3	Negra
F20	Wanderlândia	4	Branca
F21	P.A. Ipê Amarelo	2	Negra
F27	Serra Curta	4	Branca
F29	P.A. Costa Rica	2	Negra
F34	P.A. Costa Rica	3	Branca
F37	P.A. Ipê Amarelo	5	Branca
F38	P.A. Ipê Amarelo	2	Negra

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Os dados sistematizados dessa forma permitem a compreensão da diversidade existente no espaço social que está sendo analisado. Em primeiro lugar, há certa equivalência na quantidade de famílias enquadradas em cada um desses grupos: 14 famílias exercendo uma agricultura mais caracterizada como de subsistência e 13 famílias exercendo uma agricultura que se aproxima mais da empresarial. Outro fator de distinção é a raça: na agricultura de subsistência, 79% são famílias negras; enquanto que, na agricultura empresarial, essa porcentagem cai para 46%. Ao analisarmos esses dados por meio da perspectiva interseccional, é possível identificar as desigualdades sócio econômicas e de acesso à educação vivenciadas pelas pessoas negras, que explicam o fato delas apresentarem características mais voltadas para a agricultura de subsistência.

O acesso à área urbana também é um fator que distingue essas duas categorias de famílias: de um lado são todos residentes de áreas rurais (8 residentes em assentamentos de reforma agrária, 2 residentes em terras de herança, 2 de terras de compra e 1 em assentamento de crédito fundiário); do outro lado estão diversas famílias que possuem

propriedades rurais, mas que residem em áreas urbanizadas. Desse último grupo, outra característica chama a atenção: 7 propriedades são provenientes de compra, 3 de assentamentos de reforma agrária, 2 de herança e 1 de assentamento de crédito fundiário. No entanto, das propriedades de compra, 3 foram adquiridas dentro de assentamentos de reforma agrária. Apesar das transações de compra e venda não serem permitidas pelo INCRA, isso é comum na região por meio de contratos de compra e venda do uso da terra e não da propriedade da terra. A aquisição de terrenos localizados em áreas de reforma agrária é frequente e que possibilita uma maior concentração de terra do que o previsto originalmente na política. No entanto, me detenho a analisar as famílias que o praticaram com o intuito de adquirir uma propriedade rural e não de acumular a que já possui. Como dito anteriormente, das 7 famílias com características empresariais com propriedades em áreas de reforma agrária, 3 não foram beneficiários direto da política pública (F3, F37, F38). As propriedades foram adquiridas por famílias que possuíam o intuito de se inserir na agricultura e tê-la como fonte de renda, mas que não eram proprietárias de áreas rurais. A renda familiar da F3 e da F38, durante a realização do questionário, não era proveniente apenas da agricultura.

Um terceiro grupo é identificado quando analisamos as famílias a partir desses critérios: as que se relacionam com a agricultura apenas como complemento da renda familiar e não como atividade principal. Apesar de possuírem DAP e estarem enquadradas nos critérios de delimitação da agricultura familiar, a principal origem da renda dessas famílias é proveniente do trabalho fixo realizado, em sua maioria, nos órgãos públicos do município. Com essas características, a análise do equilíbrio entre mão de obra familiar utilizada versus demanda por consumo familiar não era suficiente para explicar os seus meios de vida. Durante o período da pesquisa de campo, inclusive, 43% dessas famílias já não realizavam mais qualquer atividade agrícola e se dedicavam, apenas, às atividades remuneradas em áreas urbanas e não agrícolas. Para compreender melhor como funcionam todas as unidades de produção familiar, apresento alguns dados obtidos dos questionários aplicados.

As famílias são compostas, majoritariamente, por duas ou três pessoas. Essas unidades familiares são compostas apenas por um adulto solteiro, são formadas por casais (nas famílias compostas por dois membros) ou pelos casais e seus filhos. Dessas, apenas duas famílias possuem a presença de idosos que recebem cuidados de um dos filhos adultos e nove famílias possuem a presença de crianças com menos 10 anos de idade, que

também necessitam de cuidado constante. Portanto, 27% das famílias estudadas também são compostas por pessoas que dependem diretamente de cuidados e que não contribuem efetivamente com o trabalho familiar, ou seja, com a composição da renda doméstica.

Esses dados permitem a percepção da quantidade de mão de obra que está disponível para o trabalho familiar, visto que, para Chayanov (2014), a tomada de decisão para manutenção ou abandono de determinada prática produtiva se dá pelo cálculo entre desgaste e retorno. Nesse sentido, quanto maior o número de pessoas em idade produtiva dentro da unidade familiar, maior é a tendência de a família permanecer em suas práticas produtivas. O que o autor explica é que é fundamental para se compreender o funcionamento dos meios de vida camponês a relação estabelecida entre o cálculo do consumo versus trabalho familiar. Esse cálculo deve levar em consideração a quantidade de consumidores domésticos e a quantidade de trabalhadores domésticos. Sendo assim, crianças, idosos e doentes são apenas consumidores. Quanto maior a quantidade de filhos homens, maior é a força de trabalho disponível (CHAYANOV, 2014). É possível concluir, então, que 73% das famílias são compostas por membros que equilibram o cálculo de trabalho versus consumo na unidade produtiva familiar.

Outra informação importante é a saída dos jovens da propriedade rural para outras áreas urbanas em busca de melhores condições de emprego ou para acompanhar os cônjuges em casamentos recentes. Essa situação é presente em 20 famílias, ou seja, em 48,8% das famílias pesquisadas, e impacta diretamente na forma como a família se relaciona com o trabalho produtivo, com o acesso às políticas públicas e com a divisão sexual do trabalho. A F4, por exemplo, afirma que a ida do filho para outro estado alterou totalmente a dinâmica familiar, necessitando de uma reorganização das tarefas.

Outra informação resultante dos questionários é a origem, o tamanho e a titularidade das propriedades rurais. Os homens são os titulares em 59% das famílias, as mulheres em 24% e outras pessoas em 17%. Esses dados demonstram que, majoritariamente, as terras são provenientes da Política Nacional de Reforma Agrária, possuem entre 5 e 10 alqueires, ou seja, entre 24,2 e 48,4 hectares de terra e sua titularidade é masculina. A ACM apresenta algumas dualidades referentes a essas características. Tanto no eixo 2, quanto no eixo 3, a dualidade se encontra na titularidade da propriedade rural: quanto mais acima, maior é a tendência de ser masculina, e quanto

mais a baixo, maior é a tendência de a titularidade ser feminina ou de terceiros. O tamanho da terra também pode ser analisado relacionalmente pelo eixo 2: quanto mais acima, mais discrepantes são os tamanhos, ou seja, ou são menores do que 5 alqueires ou são maiores que 15 alqueires; já no lado de baixo, as propriedades possuem entre 5 e 10 alqueires, sendo mais fácil encontrar um padrão mediano entre todas as propriedades. Nesse sentido, a ACM demonstra três dualidades significativas entre as famílias analisadas: de um lado estão as famílias que possuem propriedades advindas do crédito fundiários, com tamanhos muito pequenos ou muito grandes e que a titularidade tende a ser masculina; do outro lado estão as famílias que possuem propriedades rurais advindas da reforma agrária, com um tamanho mediano para as famílias da agricultura familiar e a titularidade das terras tendem a serem femininas. Pode-se inferir, dessa forma, a existência de dois distintos meios de vida camponês ocorrendo na região estudada.

Essa análise pode ser complementada pela titularidade da DAP: os homens são titulares em 56% das famílias, as mulheres em 37% e outras pessoas são as titulares em 7%. É possível perceber que, majoritariamente, as titularidades da DAP são masculinas e, complementarmente, a ACM indica que a titularidade masculina é mais frequente nas famílias com propriedades originárias no crédito fundiário, enquanto que a titularidade é feminina nas propriedades provenientes da reforma agrária. É importante destacar que possuir a titularidade de ambos os documentos pode indicar o protagonismo e o controle na tomada de decisões referentes à atividade produtiva familiar, tal como investigaram Siliprandi e Cintrão (2011), Brumer e Spavanello (2011) e Bruno et al. (2011).

Também é possível notar uma distinção entre as famílias no que diz respeito às atividades produtivas: de um lado do espaço social – mais acima – estão as famílias que produzem e comercializam produtos in natura (como milho, abóbora, melancia e hortifrutigranjeiros), enquanto que do outro lado – mais abaixo – estão as famílias que produzem e processam seus produtos, comercializando polpas de frutas, temperos etc. Essa dualidade apresentada pela ACM possibilita uma análise mais aprofundada relativa aos meios de vida dessas famílias. Enquanto a venda de produtos in natura exige uma organização familiar específica para o trabalho, a realização de processamento de produtos exige um outro grupo de atividades que demandam, conseqüentemente, em uma forma de organizar o trabalho familiar.

Uma característica que me chamou atenção no trabalho de campo foi a organização do horário de trabalho para as atividades agrícolas. Aguiar (2020) já havia explicado que “em locais próximos ao meio rural, na ausência ou escassez de relógios, são utilizados sinais naturais importantes, demarcando o tempo de cuidado da lavoura, de acordo com a luz do sol” (AGUIAR, 2020, p. 52). Essa organização do tempo é diferente para as famílias que trabalham com produtos processados, visto que o processamento se dá, em todos os casos, em áreas cobertas. Portanto, a fabricação de farinha, de polpas de frutas, de pães e de temperos continua sendo realizada nesses horários não utilizados pelo trabalho com os produtos in natura. Na verdade, essa organização gera uma dupla jornada para as famílias que comercializam seus produtos processados. A quantidade de famílias que comercializam cada tipo de produto, é: hortifrutigranjeiros (22); frutas (18); abóbora (17); mandioca (16); milho (13); farinha (8); frango (8); polpa de frutas (8); produtos processados (7); banana (7); coco verde (7); alface (6); melancia (6); cheiro verde (5).

Em primeiro lugar, encontram-se os produtos classificados como hortifrutigranjeiros. Foram categorizados com essa nomenclatura uma grande diversidade de produtos que só apareceram uma ou duas vezes, como carne, ovos, gergelim, inhame, jiló e outros. Sendo assim, os produtos que são comercializados com maior frequência são as frutas, a abóbora, a mandioca e o milho. Esses produtos são capazes de traduzir adequadamente a produção da agricultura familiar e, conseqüentemente, os seus meios de vida na região. Isso pelos seguintes motivos: as frutas comercializadas são tipicamente regionais, como cajá, goiaba, acerola, cupuaçu, caju, abacaxi, laranja, limão e maracujá, e demandam um número reduzido de investimentos e de alocação de mão de obra especializada. Produtos como abóbora, mandioca e milho são os de cultivo mais frequente na agricultura familiar tocantinense devido às condições climáticas e de qualidade de solo. Além disso, exigem pouca dedicação diária, demandando mão de obra intensa apenas nos momentos de plantio e colheita.

A emissão dos selos de inspeção para comercialização dos produtos de origem animal e processados também é outro fator de diferenciação entre as famílias. Das 41 famílias participantes da pesquisa, apenas 10% possuem algum tipo de selo de inspeção emitido pelos órgãos competentes: vigilância sanitária municipal; agência de defesa agropecuária (ADAPEC-TO) ou o emitido pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para a comercialização entre estados da federação. As famílias

que não possuem os selos de inspeção, se justificam utilizando os seguintes argumentos: falta de interesse/sem necessidade (41%); falta de informação (27%); dificuldade de acesso ao selo (11%); excesso de burocracia (5%) e não sabiam dizer o motivo (16%).

Nota-se que, apesar de 41% das famílias não possuírem o selo por falta de necessidade, visto que não comercializam produtos processados ou de origem animal, ainda é expressiva a quantidade de famílias que não o fazem por falta de informações. Se adicionarmos a esses 27%, as famílias que não sabem dizer porque não realizaram sua emissão, temos um total de 43%. Isso pode representar uma tendência à falta de compreensão sobre a legislação vigente e as normas estatais que pesam sobre o trabalho da agricultura familiar. Além dessa característica, 16% das famílias também não os possuem devido ao excesso de exigências que dificultam que ele seja acessado por um número maior de famílias. Assim, apesar de terem sido inseridos a nível jurídico desde os anos 1990, tal como expõe Garcia Jr. (1983), não é sinônimo de inserção prática na vida cotidiana. O acesso às políticas públicas permite um processo de mudança social que deveria inseri-los não apenas no nível jurídico, mas também no nível prático e cotidiano.

Apesar dessa situação, as famílias que possuem os selos de inspeção explicam que o possuem devido à exigência para comercialização (75%) e por possuírem visão de futuro (25%). Pode-se afirmar, então, que o acesso às políticas públicas permitiu que um grupo reduzido de famílias fossem também inseridas no nível prático e cotidiano, ao invés de apenas no nível jurídico. Dessa forma, a obtenção dos selos de vigilância sanitária também é característica de oposição entre os lados: de um lado – mais acima – estão as famílias que não os possuem devido à falta de informações, enquanto que, do lado oposto – mais abaixo –, estão as famílias que os possuem devido às exigências para comercialização dos produtos e, quando as famílias não os possuem, a tendência é de o motivo ser o excesso de burocracias.

A divisão sexual e geracional das tarefas

Apesar de esclarecer que a organização do trabalho familiar é peça fundamental na formação dos meios de vida camponês, Chayanov (2014) não apresenta como essa organização ocorre por meio dos traços de gênero e de geração.

A especificação de gênero e geração feita pelo autor é que, a depender do número de filhos homens em idade produtiva, maior é o índice de produtividade familiar, visto que o desgaste com a realização do trabalho é melhor distribuído entre os membros da

família. O que não ocorre caso o número de filhas mulheres seja maior do que o de filhos homens. Nota-se, portanto, que, ao descrever as características da economia camponesa, Chayanov (2014) o faz a partir da perspectiva já criticada pelos estudos feministas: a do trabalho feminino ser o de ajuda ao trabalho masculino.

Estudos já realizados demonstram a importância de se descrever e elucidar o trabalho realizado pelas mulheres como componentes da contabilidade familiar e não apenas como ajuda ao trabalho masculino (PAULILO, 2016; BRUMER, 2004; BUTTO, 2011; AGUIAR, 1984). Bourdieu (2011), inclusive, explica que a ordem masculina possui uma força tão intensa sobre a organização da sociedade que dispensa explicação ou descrição. É essa ordem tida como natural, que os estudos feministas procuram desconstruir com o intuito de visibilizar a existência do trabalho feminino e que, portanto, não seria diferente nos estudos rurais.

A maior parte das unidades familiares é composta, atualmente, apenas pelos casais (representa 39% das famílias). As famílias unipessoais representam 19,51%, ou seja, 8 famílias são compostas por apenas um membro adulto. Nesse caso, 6 unidades familiares são compostas apenas pelo homem e 2 unidades apenas por mulheres adultas. Esses números podem indicar uma tendência ao envelhecimento desse local, acompanhando a tendência nacional do aumento do número de idosos em decorrência da diminuição do número de jovens (IBGE, 2021).

Ao mesmo tempo, é possível identificar a presença de unidades familiares composta por casais e crianças (5); casais e jovens do sexo feminino (4); casais e jovens do sexo masculino (2); casais e jovens de ambos os sexos (4) e casais mais jovens e idosos (1). Se levarmos em consideração a perspectiva chayanoviana de compartilhamento do trabalho familiar para redução do desgaste, aumento da ação produtiva e equilíbrio entre consumo e produção, pode-se inferir que 24% das famílias se encontram em desequilíbrio produtivo, ou seja, 10 unidades familiares possuem mais consumo do que mão de obra para equilibrar a produção. As autoras Jesus, Wajman e Turra (2020) explicam essa composição da unidade familiar “desequilibrada” por meio da compreensão da lógica da dependência econômica. Essa perspectiva descreve que os indivíduos passam por dois períodos de dependência econômica: durante a infância e a velhice (JESUS, WATJMAN e TURRA, 2020).

No entanto, ao levarmos em consideração os estudos da economia feminista e da divisão sexual do trabalho, precisamos reconhecer que esse desequilíbrio tende a ser ajustado pela sobrecarga de trabalho realizada pelas mulheres. A transferência geracional, inclusive, também tende a ser cumprida por elas. Tendo isso em vista e baseada na sugestão metodológica de Aguiar (1984), parte do questionário com as famílias objetivou saber quem realizava cada tarefa na unidade produtiva familiar. Essas tarefas foram organizadas entre: atividades domésticas; atividades que contribuem para o sustento da família; atividades comerciais, relacionadas com a compra e venda de bens.

Com relação às atividades domésticas, foram elencadas as seguintes tarefas: preparar a alimentação da família; limpeza da cozinha; limpeza da casa; limpeza da área externa; cuidado com a roupa; cuidado com as crianças; fazer compras para alimentação e limpeza da casa; e cuidar dos animais domésticos. Os resultados foram os seguintes:

Tabela 3 Divisão sexual e geracional das atividades domésticas²

Atividades domésticas	HJ	C	C H J	C M J	H A	M A	MA MJ	MA AJ	M J	T F	P F	N S A
Preparar a alimentação	-	3	-	-	9	26	-	-	-	3	-	-
Limpeza da cozinha	-	2	-	-	6	22	4	1	3	2	1	-
Limpeza da casa	-	2	-	-	6	22	3	2	3	2	1	-
Limpeza da área externa	2	5	-	-	15	12	-	4	-	3	-	-
Cuidado com as roupas	-	2	-	1	2	28	5	-	-	-	3	-
Cuidado com as crianças e idosos	-	3	-	1	1	3	-	-	-	-	1	32
Fazer compras para a alimentação e limpeza da casa	-	14	-	2	9	13	-	-	-	1	2	-
Cuidar dos animais domésticos		12	3	1	7	9				2	2	5

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

É possível notar o protagonismo feminino nas tarefas domésticas. Excetuando-se o cuidado com os animais domésticos, em que a tendência do trabalho é a de ser compartilhado entre os casais, e a limpeza da área externa (terreiros e quintais), em que o protagonismo é masculino, as demais atividades que são realizadas no espaço interno das residências, todas são realizadas pelas mulheres adultas, sem compartilhamento entre os membros da família. Ou seja, o cuidado com alimentação da família, com as roupas e com a limpeza da casa sempre é protagonizado pelas mulheres. Essa tendência mostra características semelhantes às analisadas pela teoria bourdieusiana de que o mundo social

² HJ: Homem jovem; C: Casal; CHJ: Casal e homem jovem; CJ: Casal e algum jovem; CMJ: Casal e mulher jovem; HA: Homem adulto; HAHJ: Homem adulto e homem jovem; MA: Mulher adulta; MAMJ: Mulher adulta e mulher jovem; MAAJ: Mulher adulta e algum jovem; MJ: Mulher jovem; TF: Todos da unidade familiar; PF: Pessoa de fora da unidade familiar; NSA: Não se aplica

se constrói a partir de dualidades vinculadas diretamente ao sexo de seus responsáveis. Em seu “esquema sinóptico das oposições pertinentes” (BOURDIEU, 2011, p. 19), é possível identificar essa tendência em que as mulheres rurais estão em lados opostos aos dos homens, tanto na casa, quanto na responsabilização de tarefas produtivas (galinha versus gado, casa versus mercado, cozinha versus sala). Apenas o ato de fazer compras para as despesas da casa que, quando não compartilhado pelos casais, tende a ser considerado uma tarefa feminina. Ou seja, insere as mulheres no espaço público mais do que os homens. No entanto, a explicação para isso ocorrer é que, como o assunto permanece sendo do espaço privado, ou seja, fazer compras para a casa, ela permanece sendo uma tarefa feminina, mesmo que realizada no espaço público. Essas outras distinções ficarão mais claras no decorrer deste texto.

Continuando a percepção da divisão do trabalho nas atividades domésticas, é possível perceber que, em uma família, o cuidado com as crianças e idosos é delegado à uma pessoa externa à unidade familiar. A delegação dessa responsabilidade se dá pelo fato de a família residir na área urbana do município e a mulher adulta da família, ou seja, a mãe, ser servidora pública municipal e passar o dia fora de casa. O que ocorre é que, como o pai também passa o dia realizando as atividades produtivas na propriedade rural, quem passa a maior parte do tempo com a criança é uma parente dessa mãe. Soares (2020) explica que isso é comum nas famílias em que a mulher precisa dividir seu tempo entre os cuidados domésticos e o acesso ao mercado de trabalho. Nas demais famílias em que não há delegação dessa tarefa, ou ela é compartilhada entre os demais membros da família ou a tendência é de a mulher conciliar essa e as demais funções.

No que diz respeito às atividades que contribuem para o sustento da família³, a tendência é de o compartilhamento ocorrer com maior frequência. A tabela 4 demonstra esses dados.

³ O uso do termo sustento da família não exclui a importância das atividades domésticas como cruciais para o funcionamento da rotina familiar e, conseqüentemente, ao sustento da família.

Tabela 4 Divisão sexual e geracional das atividades que contribuem com o sustento familiar

Atividades domésticas	H J	C	CH J	H A	HA HJ	M A	M J	T F	P F	NS A
Cuidados com a horta/canteiro	-	6	-	6	1	13	1	2	-	12
Cuidados com o pomar	1	8	1	18	1	3	-	1	1	7
Cuidados com os pequenos animais	1	9	1	14	1	10	-	1	-	4
Cuidados com os grandes animais	1	-	1	27	1	-	-	1	1	14
Cuidado com a roça/lavoura	1	3	-	23	3	-	-	1	-	10

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

É possível perceber que, majoritariamente, as atividades que contribuem diretamente para o sustento familiar são protagonizadas pelos homens adultos. Ao analisarmos isoladamente cada uma dessas atividades, a divisão segue o mesmo padrão de diversos estudos realizados em outras regiões (AGUIAR, 1984; GARCIA, 1992; PRIORI e VENÂNCIO, 2006; HEREDIA, 2013; BUTTO et al., 2014; PAULILO, 2016; PAULILO, DE GRANDI e SILVA, 2016; ZARZAR, 2017; PETARLY e PEDROSO NETO, 2021): os cuidados com as hortaliças nas hortas ou nos canteiros tendem a ser realizados pelas mulheres, enquanto que o cuidado com os grandes animais e com a roça/lavoura tende a ser protagonizado pelos homens. Apesar de esses dados exporem essa situação, preciso reconhecer que é difícil acreditar que nenhuma mulher cuide efetivamente das atividades da roça. Essas respostas podem ser explicadas principalmente por Paulilo (1987), que descreveu detalhadamente que as famílias traduzem a participação das mulheres nesse tipo de atividade como ajuda aos maridos e não a realizadora do trabalho produtivo em si. Bourdieu (2011) e Esmeraldo (2010) defendem, inclusive, que afirmar que as atividades tidas como principais para o sustento da família (como o trabalho no roçado, para a agricultura familiar) são responsabilidades masculinas, garantem a manutenção da honra masculina diante da aprovação social. Moraes (2020) também afirma que essa invisibilidade do papel das mulheres rurais nesse processo produtivo se constitui como:

Uma dupla invisibilidade do trabalho por se tratar de um processo cotidiano de apagamento da centralidade das tarefas femininas na produção agropecuária, considerada frequentemente como ajuda ao que se considera como “trabalho de homens na roça”, por meio da subjugação do trabalho doméstico e de cuidados à categoria do não trabalho” (MORAES et al., 2020, p. 175-176).

Como dito anteriormente, são diversos os estudos que apresentam unidades de produção familiar em que as mulheres são protagonistas dos espaços dos quintais (BUTTO et al., 2014; ZARZAR, 2017). Essa realidade não foi encontrada nessa região de estudo. De acordo com esses dados, o que na região estudada se denomina como quintal (local onde se encontra os pomares) permanece com o protagonismo masculino.

A consolidação dos dados dos questionários também permite compreender a divisão sexual e geracional das atividades comerciais e relacionadas à compra e venda de bens e produtos.

Tabela 5 Divisão sexual e geracional das atividades comerciais e relacionadas a compra e venda de bens

Atividades domésticas	H J	C	CH J	CM J	HA	HA HJ	MA	MJ	TF	PF	NSA
Compra e venda de gado	-	-	-	-	18	-	1	-	-	1	21
Compra e venda de pequenos animais	-	2	-	-	14	-	9	-	1	-	15
Venda da produção no comércio local	1	7	1	-	11	1	6	-	-	1	13
Venda da produção na feira	-	5	-	-	4	-	1	-	-	-	31
Entrega dos produtos à prefeitura	-	2	-	2	6	1	4	-	-	-	26
Processos burocráticos para obtenção dos selos	-	1	-	-	3	-	1	1	-	-	35
Controle de despesas e receitas da produção	-	5	-	-	8	-	3	-	-	1	24
Compra de insumos para a produção	-	6	-	-	19	-	4	-	1	1	10
Quem vai pagar as contas mensais na área urbana	-	13	-	-	14	-	9	-	2	2	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Excetuando a compra e a venda de gado, é possível perceber um alto índice de compartilhamento de tarefas entre os adultos e os jovens. O que demonstra que a tendência é de permitir aos jovens o trabalho considerado administrativo ou burocrático, ou seja, aquelas tarefas que demandam lidar com documentação formal, contratos, notas fiscais etc. Na relação comercial, os jovens ocupam o espaço de venda no comércio local e na entrega de produtos na prefeitura, enquanto que a comercialização nas feiras tende a ser realizada pelos adultos e, principalmente, compartilhada entre os casais.

Com relação a essa divisão sexual e geracional descrita, as famílias responderam com quem ou em qual lugar elas aprenderam a dividir as tarefas dessa forma: no dia a dia (39%); com a família (29%); com a convivência (10%); pela necessidade (10%); com formação política (7%); pela religiosidade (5%). Nota-se um alto índice de famílias que reconhecem que o aprendizado para a organização do trabalho familiar se deu a partir da relação rotineira entre os membros da família. Isso ocorre visto que, ao comporem uma nova unidade familiar, por meio do casamento, dois *habitus* familiares distintos se aproximam e demandam sua reconversão para um novo *habitus*.

Como dito anteriormente, quando as origens são distintas, os *habitus* de cada membro da família passam um processo de reconversão e adaptação para um novo *habitus* familiar. Bourdieu (2011) já afirmava que a família e a Igreja são os principais reprodutores da divisão sexual do trabalho e das representações sociais que ela implica.

Dessa forma, podemos inferir que os meios de vida nesse espaço social analisados são, também, construídos e reproduzidos pela transmissão geracional familiar.

As famílias que aprenderam em eventos de formação política (F9, F13 e F15) não apresentam em suas respostas tendências ao compartilhamento de tarefas, como se poderia imaginar. Essas famílias apresentam características de reprodução da divisão sexual do trabalho em que as mulheres são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e de reprodução da vida, enquanto os homens são os principais responsáveis pelas tarefas produtivas.

De uma maneira geral, a ACM apresenta algumas análises interessantes para se pensar o espaço social como um todo. Há uma forte estrutura que hierarquiza e distingue os responsáveis pelas tarefas na unidade produtiva familiar a partir das marcas de gênero e geração: jovens nas tarefas administrativas, mulheres nas tarefas de cuidado e reprodução da vida e homens nas tarefas comerciais.

É possível falar no delineamento de um *habitus* da agricultura familiar?

Após essa apresentação analítica dos dados levantados no campo e analisados a partir da Análise de Correspondência Múltipla, é possível sistematizar algumas características que compõem os meios de vidas das famílias da agricultura familiar de Wanderlândia e começar a delinear, com as lentes teóricas da teoria bourdieusiana, o espaço social e seus respectivos *habitus*. Metodologicamente, para auxiliar nessa caracterização, utilizarei a distinção entre eidos, ethos e hexis, teorizados por Bourdieu (2013) e sistematizados por Malvezzi (2018).

No decorrer deste capítulo, ao caracterizar a unidade de trabalho e produção familiar e a divisão sexual e geracional do trabalho foi possível delinear distintos posicionamentos no espaço social. Esse delineamento, possível através da objetivação do espaço das famílias de Wanderlândia via ACM, é realizado por meio da aproximação e do distanciamento entre as famílias a partir de suas próprias características. Levando em consideração a ideia de tipos ideais⁴ – instrumento weberiano para possibilitar análises comparadas – é possível delinear dois constructos desses possíveis *habitus* familiares. Esses grupos típicos distintos de famílias, podem ser organizados nas características dos Grupos 1 e 2:

⁴ Vide Max Weber (1982).

Grupo 1 – Composto por tipos distintos de famílias: as uniparentais, compostas apenas pelos homens adultos, e as famílias formadas por mais de um adulto. No geral, as famílias localizadas nesse grupo são residentes na Serra de São Felix e conquistaram suas propriedades por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário, com tamanhos que variam entre menores que cinco ou maiores que dez alqueires e sua titularidade é masculina. As famílias não participam de organizações sociais coletivas e não possuem selos de inspeção para comercialização de determinados produtos devido à falta de informação sobre o assunto. Como parte dessas famílias são uniparentais, a tendência é que o protagonismo nas tarefas produtivas, administrativas, comerciais e financeiras seja majoritariamente masculino. Nas demais famílias que são compostas por mais de um membro é comum o compartilhamento de tarefas entre os casais ou entre todos os membros das famílias. Esse subgrupo de famílias apresenta uma divisão bem delimitada na divisão das tarefas administrativas: o critério de divisão tende a ser geracional, ou seja, há um número expressivo de jovens que se responsabilizam por essas tarefas, provavelmente pela baixa escolaridade dos seus pais. Nesse grupo 1, a divisão de tarefas foi aprendida por meio da transmissão geracional vindas de suas mães. Famílias que fazem parte desse grupo: F7 – F19 – F24 – F26 – F27.

Eidos (Conhecimento)	Ethos (ética e moral)	Hexis (corpo)
*não realizaram cursos para aprimoramento da atividade produtiva	*Filhos trabalham e residem nas unidades familiares	* mulheres, quando presentes, se posicionam distantes ao gravador e distante da pesquisadora
*baixo acesso à educação formal	*Filhos compartilham atividades burocráticas e administrativas	* mulheres, quando presentes, evitam responder ao questionário

Quadro 1 Características do habitus familiar do Grupo 1

Fonte: Elaborado pela autora.

Grupo 2 – Composto pelas famílias que residem nos assentamentos de reforma agrária e possuem propriedades com tamanhos médios de 7,5 alqueires. A titularidade das propriedades rurais é feminina ou compartilhada entre os casais. Os casais participam juntos de organizações coletivas e possuem selos de inspeção para comercialização de determinados produtos. Quando o protagonismo não é majoritariamente feminino, os casais também compartilham as tarefas produtivas, administrativas, comerciais e financeiras. Além disso, nesse grupo de famílias, as tarefas consideradas produtivas, realizadas para o sustento familiar, são protagonizadas pelas mulheres, inclusive as realizadas fora da propriedade rural. Esse grupo é composto por famílias com maior acesso à educação formal o que pode justificar o fato de possuírem selos de inspeção para

comercialização de seus produtos. Nesse grupo, o aprendizado para a divisão das tarefas veio do próprio cotidiano familiar. Famílias que fazem parte desse grupo: F8 – F11 – F12 – F13 – F15 – F16 – F21 – F36.

Eidos (Conhecimento)	Ethos (ética e moral)	Hexis (corpo)
*cursos para obtenção dos selos de inspeção	*Filhos trabalham e residem em áreas urbanas, fora das unidades familiares	* mulheres se posicionam próximo ao gravador e próximo ao pesquisador
*acesso a níveis superiores de educação formal	*Não há divisão geracional de tarefas	* mulheres participam ativamente das respostas ao questionário

Quadro 2 Características do habitus familiar do Grupo 2

Fonte: Elaborado pela autora.

Considerações finais:

Essas dualidades entre os grupos de famílias podem consolidar a existência das múltiplas ruralidades existentes dentro do meio rural, principalmente quando o analisamos como um espaço de vida. Como apontado pela bibliografia, a identidade do que é o meio rural se dá pelo pertencimento dos indivíduos a uma dada localidade e na forma com que o indivíduo residente desse meio lida com o espaço e com os seus símbolos culturais. Sendo assim, por ser o resultado de um conjunto de condições que antecipa práticas, reproduz estruturas e é coletivamente orquestrado, posso dizer que é possível caracterizar a existência de dois *habitus* distintos: um mais próximo das características descritas no Grupo 1 e outro mais próximo das características descritas no Grupo 2. As distinções apresentadas nesse artigo podem caracterizar a existência de dois campos sociais e de seus respectivos *habitus* que, quando postos um em relação ao outro, apresentam diversas intersecções, como história de vida, representação do lugar em que vivem e forma como se relacionam com as políticas de estado.

Como foi dito no início desse trabalho, o seu principal objetivo foi compreender quem eram as famílias que participaram da pesquisa, reconhecer seus *habitus*, caracterizar seus meios de vida e organizá-los dentro do espaço social analisado. Assim, essa pesquisa preenche uma lacuna existente nos estudos que se dedicam ao espaço rural tocantinense permitindo um novo ponto de partida. Esse estudo possibilita, inclusive, a realização de novos estudos que compreendam, por exemplo, a relação dessas famílias com políticas públicas; as alterações de *habitus* ocasionadas por fatores como acesso às políticas de inclusão produtiva ou, até mesmo, alterações ocorridas em decorrência da Pandemia da COVID-19.

Referências Bibliográficas:

- AGUIAR, N. Um guia exploratório para a compreensão do trabalho feminino. In: AGUIAR, N. (Org.) *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- AGUIAR, N. F. Precursores dos estudos de usos do tempo no Brasil. In: MELO, H. P.; MORAES, L. L. (Orgs.). *A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- BONNET, P. LEBARON, F. LE ROUX, B. 2015. L'espace culturel français. In: Lebaron, F. Le Roux, B. *La méthodologie de Pierre Bourdieu en action: espace culturel, espace social et analyse des données*. Paris: Dunod, 2015
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. *Esboço de uma teoria prática, precedido de três estudos de etnologia Cabila*. Oeiras: Celta Editora, 2002.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas, sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2008.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 10ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BOURDIEU, P. *O senso prático*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013a.
- BRUMER, A. *Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul*. Estudos Feministas, 2004.
- BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. Entre o sonho e a realidade: o crédito rural para as mulheres da agricultura familiar na região sul do Brasil. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.) *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: MDA, 2011.
- BRUNO, R.; AQUINO, S. L.; JALIL, L.; JUNIOR, V. J. W.; BORDALO, C. Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.) *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: MDA, 2011.
- BUTTO, A. Políticas para mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.) *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: MDA, 2011.
- BUTTO, A., DANTAS, C., HORA, K., NOBRE, M. FARIA, N. *Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.
- CARVALHO, G. S.; PEDROSO NETO, A. J. *O Programa de Aquisição de Alimentos no Tocantins: as condições sociais de realização de mercado com práticas de acesso individuais e coletivas*. REDES, v. 21, n° 3, p. 258-276, set/dez, 2016.
- CHAYANOV, A. V. A teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, H. M. (Org.) *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1° ed., 2014.
- ESMERALDO, G. G. S. L. Ruídos com marcas de transgressões ancoradas em mulheres assentadas. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. *Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil*. Brasília: NEAD, 2010.
- GARCIA JR, A. R. *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1983.
- GARCIA, M. F. *O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no nordeste do Brasil*. Rev. bras. Ci. Soc. v.7 n.19 Rio de Janeiro jun. 1992.
- GHIGLIONE, R.; MATALON, B. *O inquérito: teoria e prática*. 2ª ed. Oeiras: Celta Editora,

- HEREDIA, B. M. A. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2013.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Resultados definitivos do CENSO Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html
 Acesso em 26 de janeiro de 2021.
- LEBARON, F. *La culture économique entre école, Science et politique dans la France contemporaine*. These pour le doctorat de Sociologie. École des hautes études en Sciences Sociales. Paris, France. 1996.
- MALVEZZI, A. M. *As ambivalências do gosto: repensando os limites da teoria bourdieusiana do habitus à luz da dimensão estética*. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018.
- MORAES, L. L.; PONTES, N. L. M. T.; SIEBER, S. S.; FUNARI, J.; NASCIMENTO, N. M. S.; MARQUES, P. L. Metodologias, trabalho e uso do tempo: compreendendo a rotina de mulheres rurais. In: MELO, H. P.; MORAES, L. L. (Orgs.). *A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- PAULILO, M. I. S. *O peso do trabalho leve*. Revista Ciência Hoje, n° 28, 1987.
- PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. In: PAULILO, M. I. S. *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora UFSC, 2016b.
- PAULILO, M. I.; De GRANDI, A. B.; SILVA, M. M. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. In: PAULILO, M. I. *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.
- PETARLY, R. R.; PEDROSO NETO, A. J. *Os agricultores familiares e o significado social do dinheiro do programa nacional de alimentação escolar*. Oikos: Família e Sociedade em Debate, v. 32, n. 1, p. 245- 272, 2021.
- RIBEIRO, V. S.; FINCO, M. V. A. *Biodiesel e agricultura familiar no Tocantins: uma análise a partir da teoria dos conjuntos Fuzzy*. Revista ESMAT, v (6)8, pp. 167-180, dec. 2015.
- SEGURA, E. A. A.; RODRIGUES, W.; CASTRILLON, C. A. R. *Impacto de las políticas agrícolas de comercialización en la agricultura familiar de la region sur del estado de Tocantins*. Redes, v (21)3, pp 97-120, outubro de 2016.
- SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. *As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*. Revista Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 18 (2): 12-32, 2011.
- SOARES, C. A importância das informações de uso do tempo para os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações sobre as pesquisas domiciliares oficiais. In: MELO, H. P.; MORAES, L. L. (Orgs.). *A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- ZARZAR, A. L. B. *Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista*. Tese (Doutorado), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.
- WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: CARVALHO, H. M. (Org). *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1ªed., 20

Produzir, comercializar, organizar e consumir, de outra forma

Produce, trade, organize and consume, in another way

Dr. Pedro Carricart
Doctoren Geografía. Ingeniero Agrónomo. Investigador Laboratorio AGRITERRIS.
Profesor Titular Dto. Desarrollo Rural, Facultad de Ciencias Agrarias y Forestales.
Universidad Nacional de La Plata. Argentina
pedrocarricart@gmail.com

Recebido em : 06/10/2022
Aprovado em: 20/04/2023

**Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão
Rural (UFV)**

ISSN 2359-5116 | V. 12 | N.1 | JAN.-JUN.2023

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é compreender e interpretar os processos de transformação que estão ocorrendo nas formas de produzir alimentos, de comercializá-los, das formas organizacionais adotadas pelos atores e as mudanças na relação entre consumidores e produtores. São apresentados estudos de caso ocorridos em território francês, para serem usados como referência do que pode acontecer na Argentina ou em outros países. Utilizou-se entrevistas semiestruturadas e mobilizou-se a pesquisa realizada por doutorandos de uma Unidade de Inovação do INRA, localizada na cidade de Montpellier, França. Nas reflexões finais, são levantadas algumas questões que visam enriquecer o diálogo, a reflexão e a crítica sobre os modos hegemônicos de produção agroindustrializada, de formas organizacionais cada vez mais distantes dos interesses do povo e dos inúmeros desequilíbrios ambientais e sociais que eles prevalecem em países mais desenvolvidos e em outros mais precários e desorganizados.

Palavras-Chave: Alimentos; Organizações; Troca; Consumidores; Agroecologia.

ABSTRACT:

The present work has the objective of knowing and interpreting the transformation processes that are taking place in the ways of producing food, of marketing it, of the organizational forms that the actors adopt and the changes in the relationship between consumers and producers. Studies of cases that occurred in French lands are presented, to use them as references of what is possible in Argentina or in other countries. Semi-structured interviews will be used and investigations carried out by doctors of an INRA Innovation Unit, located in the city of Montpellier, France, will be used. In the final reflections, some questions are raised that intend to enrich the dialogue, the reflection and the criticism of the hegemonic modes of agro-industrialized production, of organizational forms that are increasingly crippled by the interests of people and the innumerable environmental and social imbalances that they prevail in more developed countries and in others that are more precarious and disorganized.

Keywords: Foods; Organizations; Replacement; Consumers; Agroecology.

Introducción

En artículos anteriores Carricart (2019) se ha planteado un conjunto de

conceptos vinculados a la acción colectiva, en particular las cooperativas como formas organizacionales de personas y la autonomía de los pequeños y medianos productores que las conforman, sosteniendo que existe una tensión entre pertenecer a las organizaciones y sostener o recuperar la capacidad de tomar las propias decisiones. En otro artículo Carricart (2020) puso más énfasis en investigar sobre las distintas formas organizativas que adoptan los productores y su relación con su autonomía.

Utilizando los marcos conceptuales que se movilizaron en ambos artículos, en éste se pretende poner en discusión un enfoque más complejo que implica no sólo mirar las transformaciones de los sistemas de producción, desde los más clásicos, agricultura industrializada o estandariza a otras formas de producir ambiental y socialmente más sustentables, sino relacionar estos cambios con las transformaciones en las formas de organizarse, formas de comerciar y las formas de consumir. Precisamente este último aspecto nos lleva a indagar que niveles de diálogos, de entendimientos, hay entre los habitantes urbanos y los productores, que estrategias se comienzan a utilizar y cuales son innovadoras y de nuevas formas de vincularse, pero también de consumir.

Durante los últimos treinta años, diferentes presiones socioeconómicas y ecológicas han llevado a poner en discusión a los sistemas de producción convencionales que están impregnados por el régimen industrial dominante, así como los sistemas alternativos emergentes que pretenden ser autosuficientes, situación que pone al descubierto que, entre ambos extremos, hay una diversidad de sistemas híbridos que son igualmente complejos.

En el presente se aborda otra manera de mirar esta problemática, al involucrar al consumidor se pone en jaque desde donde se mira el sistema alimentario. Desde donde se produce o desde donde se consume. Entender las pautas de consumos urbanas, los estilos de vida y conocimientos nutricionales, son quizás los disparadores de comenzar a entender que la alimentación en las urbes se ha transformado o se intenta transformar hábitos, costumbres culturales y de formas de vivir en sociedad.

Desde la simplificación en la preparación, comidas pre elaboradas a formas de cocción ultra rápida, ponen en cuestión la calidad de los mismos, como sus impactos en los consumidores. Sobrepesos o dietas no balanceadas hacen que se comience con una

incipiente demanda de alimentos más naturales y dietas más saludables. Son la percepción de estos cambios que impulsan el presente artículo, en un intento por dar algunas respuestas a las preguntas que emanan de esta situación y que serán reflejadas en el artículo.

Materiales y métodos

El trabajo se basa en el estudio de casos de terrenos de investigación realizados por el autor en su estancia en la UMI (Unidad Mixta de Innovación) del INRA (Instituto Nacional para la Investigación Agronómica), en Montpellier, Francia. Se entrevistaron a expertos y doctorantes vinculados a la temática de investigación, se accedió a documentación que respalda cada caso movilizado, lo que ha permitido observar, analizar y discutir con los autores de los trabajos. Aquí nos referimos a los cambios acaecidos en las formas de producir, es decir a un progresivo proceso de agroecologización de la producción, y las modificaciones en las formas organizacionales, es el caso de las cooperativas y experiencias organizativas de otras formas de comerciar, como las tiendas campesinas, la cooperativa Terracopa y una tesis de doctorado que estudio la complejidad del diálogo entre los consumidores y los actores concernidos.

Cambios en los sistemas de producción

Se identifican y analizan algunos fenómenos que estimulan o acompañan una transición de las formas de producir, de comercializar y de consumir, así como acciones colectivas generadas como producto de la búsqueda de una mayor autonomía de los productores, mejores formas de gobernanza en su participación colectiva o como lograr una mayor cercanía y comprensión con los consumidores.

Se pretende identificar cuáles son los móviles disparadores o animadores de acciones que generan procesos distintos en las formas de producción, de organizarse y modificar los vínculos y formas de llegar a los consumidores.

Un productor entrevistado por García Velasco (2017, p 73), marca con precisión por donde pasa la problemática de este tiempo:

Todos debemos encontrar mejores costos de producción en nuestras granjas, hoy no hay milagros, no hay sujetos para trabajar en nuestras

fincas, ser más autónomos, ir menos a comprar en el exterior. [...], tengo un amigo [...] que dice 'de todos modos para ganar más dinero es necesario gastar lo menos posible'.

Percibe que el sentir de los productores es que a mayor inversión van a a mejorar el rendimiento y aumentar la producción, un razonamiento muy similar al de nuestros productores argentinos. La ecuación costo beneficio es tenida en cuenta sin ponderar el nivel de riesgo, mayor inversión, quizás mayor margen, pero a su vez, mayor riesgo. Maximizar la productividad, minimizar los costos adquiriendo escalas mayores, que diluyan los costos fijos, son los pilares que justificarían la hegemonía de la producción agro industrial que prevale en Francia como en Argentina.

Pero no podemos desconocer que hay un proceso iniciado en los dos países hacia otras formas de producción o mejor dicho, hay un proceso de diversificación de las formas de producir que hace emerger el concepto de transición agroecológica, acompañado de un proceso de diversificación de actores rurales. Esta transición se puede describir siguiendo a García Velazco (2017, p.31) como “una evolución paso a paso de los medios de producción y las prácticas agrícolas relacionadas hacia un agrosistema más resistente”. Este cambio requiere un cambio en los objetivos de producción, por ejemplo, desde un objetivo de economías de escala hacia objetivos de productos de más calidad generados de formas más sustentables

Esta transición identificada por Tittonel (2014) en etapas o niveles: 1) el objetivo es optimizar el uso de insumos -mejorar su eficiencia, 2) implica la sustitución de insumos sintéticos para insumos biológicos, 3) mutación más profunda del rediseño hacia un sistema ecológicamente intensificado -que implica un cuestionamiento de la estructura del sistema inicial, 4) el nivel final de transición incorpora "un enfoque territorial para la gestión de los ecosistemas agrícolas, basado en arreglos colectivos y co-diseño". En esta línea de evolución no necesariamente lineal estamos en presencia de un proceso que guarda distintas velocidades, tiempos de avances y retrocesos, con contextos distintos en los países involucrados, por sus trayectorias de sus sistemas organizativos, de política públicas y de realidades sociales.

En un contexto difícil para los productores franceses, García Velasco (2017, p 7) sostiene:

Los riesgos climáticos, la volatilidad en los precios de los insumos

externos, el aumento de los callejones sin salida agronómicas debilitan particularmente los sistemas productivos dominantes de hoy, por lo que los agricultores se reorganizan, para que su sistema adquiera autonomía y resistencia.

Con el fin de apoyar a estos colectivos innovadores de agricultores en sus prácticas y en apoyo de la transición agroecológica, el proyecto CAP Vert (2017) en Francia, aporta tres lecciones importantes. Primero, se debe tener en cuenta la heterogeneidad dentro de los grupos para poder acompañarlos. Además de tener diferentes estrategias, objetivos y sistemas de producción, los agricultores participan de múltiples formas de cooperación local: esto es lo que el proyecto denominó multimembresía. Segundo, es necesario identificar y definir las formas colectivas en las que los agricultores participan en un grupo, para acompañar la transición agroecológica en forma colectiva. Finalmente, considera el largo tiempo requerido para la transición agroecológica aspecto crucial para acompañar estas dinámicas de cambio.

Este proyecto complementó un trabajo anterior al estudiar cómo la búsqueda de autonomía a través de la cooperación de proximidad puede ser una palanca en la red de CUMA (Cooperativa de la maquinaria agrícola) para el desarrollo y la aparición de dinámicas de cambios en las prácticas relacionadas con la transición agroecología y mitigación del cambio climático.

Esta mirada más "sociológica" también aborda cuestiones de percepción y apropiación de lo que está en juego en la transición agroecológica y la lucha contra el cambio climático, que permite interrogarse *¿Cuál es la percepción y apropiación que tienen los productores sobre lo que está en juego en la transición agroecológica?*

“Agroecología silenciosa”

Estos grupos innovadores en sus prácticas no pretenden ser actores en la transición agroecológica y/o la mitigación del cambio climático porque generalmente no son conscientes de ello. Esto es lo que Lucas (2018) llama "agroecología silenciosa". Además de la búsqueda de autonomía, la entrada "material" es decisiva para la implementación de cambios en las prácticas agrícolas, o incluso más cambios sistémicos.

Será entonces que se vislumbra un cambio de paradigma de producción, donde quizás sea produciendo menos pero mejor, compensando las pérdidas por una mejor valorización, basado en el respeto por el medio ambiente y la articulación entre los medios de producción y los servicios eco sistémicos.

Transformaciones en las formas de organizarse y comerciar

La organización colectiva parece ser una palanca para la innovación y el cambio hacia la introducción de prácticas más respetuosas con el medio ambiente, incluso para los agricultores que están a priori lejos de la transición agroecológica, sostiene García Velazco (2017). Todo parece indicar que un inventario de innovaciones de campo, los recursos en los que se basan los grupos CUMA y la red federativa serán las palancas para el diagnóstico y las oportunidades de poder acompañar la dinámica colectiva de la transición agroecológica.

Ostrom (1998) distingue un colectivo de una simple agrupación de individuos cuando las reglas de pertenencia al grupo están definidas y modificables por el colectivo. Por lo tanto, la acción colectiva requiere un marco institucional, es decir, un conjunto de reglas que los individuos ponen en práctica para organizar sus actividades. Es lo que sostiene Bustos Cara (2002) con su calificación de acción colectiva institucionalizada, es decir se arman las “reglas de juego”, el reglamento o estatuto y puede ser modificables por el grupo.

Aquí hay un nudo conceptual significativo, considerando casos de Argentina, Carricart (2012b) según lo previsto en el estatuto de una cooperativa, por ejemplo, cómo se aplica, pero también cuando es posible modificarlo. Armar el estatuto lleva tiempo, pues es poner en común los intereses más individuales, resignar grados de libertad respecto del logro y el acceso del colectivo, a la obtención de algo necesario o deseado por el conjunto. Pero también es un nudo conceptual modificar un estatuto, en muchos casos para justificar intereses económicos o financieros de la organización que no siempre están en línea con los intereses de los socios. (CARRICART, 2012a)

Entonces nos preguntamos ¿será la red cooperativa de Argentina, el lugar adecuado o preferido para intercambiar sobre el cambio en las prácticas o están

perdiendo el tren por donde eligen los agricultores canalizar su necesidad? O cabe preguntarnos también siguiendo un planteo de García Velasco (2017). ¿podría alguna Política Pública alimentar el pensamiento de un grupo, que les permita explicar sus objetivos y la dirección elegida, que muestra el progreso colectivo del cambio de prácticas?

La Federación Regional de CUMA (FRCUMA) en sus expresiones locales tienen un papel de prospección e información. Hacen que los grupos conozcan los desarrollos tecnológicos y las innovaciones relacionadas con la maquinaria, el medio ambiente y otras cuestiones sociales. García Velasco (2017) Las federaciones locales ya no están allí para brindar conocimientos técnicos -especialmente maquinaria o asesoramiento ad hoc-, puede explicarse en parte por el hecho de que los agricultores hoy tienen acceso por sí mismos, a una mayor diversidad de información.

El objetivo entonces de las federaciones es analizar la situación de CUMA, llevarlas a pensar en el mediano plazo, determinando los objetivos del grupo, identificando los diversos objetivos intermedios y ayudando a sus miembros a co-construir e implementar medios colectivos para lograrlos. Este sería un verdadero cambio de postura del rol de las federaciones de CUMA.

Para el caso de Francia, estos dos elementos según los contextos, serían los disparadores o los animadores de la acción colectiva, son los móviles que justifican la acción:” un suelo contaminado, un agua sin calidad”. (GARCIA, VELASCO, 2017)

La mayoría de las veces, la reconfiguración de la acción colectiva para la implementación de innovaciones organizativas y técnicas concierne sólo a una parte de los miembros de uno o más CUMA. Ellos confían en la red federada al comprar equipos nuevos.

Cabe aquí rescatar las hipótesis que sostuvo Lucas (2018, p.157) en su tesis por el desafío que plantean al mundo cooperativo. En su primera hipótesis de investigación sostiene:

La cooperación en CUMA les permite a los agricultores avanzar en sus prácticas cambiantes. Las innovaciones implementadas por estos grupos CUMA muestran especificidades vinculadas al hábito de la cooperación en torno al equipamiento, el trabajo y el empleo. Por lo tanto, desafían a la red federativa de una manera especial.

Lo que lleva a preguntarnos para el caso argentino ¿Hasta dónde el hábito de la

cooperación esta cultivado en el grupo cooperativo para acompañar el inicio de un proceso de transición hacia otra manera de producir?

Como juegan los animadores de estos grupos

García Velasco (2017) sostiene entonces que los animadores se posicionan como "accoucheur d'idées" -partero de ideas-. Para ello, las federaciones de la CUMA realizan un importante trabajo de prospección y sensibilización, ya que es necesario anticipar las necesidades de los grupos para optimizar el acompañamiento propuesto, o incluso hacer algunas propuestas: se trata de una postura de prospectores.

Más allá de las habilidades técnicas -en agronomía o mecanización-, el facilitador debe movilizar, las habilidades de animación para la implementación de nuevas prácticas agroecológicas y la mitigación del cambio climático, así como necesita el desarrollo de habilidades de comunicación, organización y gestión como esenciales. García Velasco (2017) En efecto, el proceso de transición individual o colectivas, son largos y no lineales, en particular debido al tiempo de aprendizaje y a la experimentación necesaria, para tomar las decisiones técnicas correctas, mediante la adopción de una cierta cantidad de riesgos y dominarlos.

Otras maneras de comerciar

En cuanto a las formas de comerciar, los circuitos cortos son una de las formas de organización para cadenas de suministro distintas -talleres de procesamiento, puntos de venta colectivos, camiones estanterías, entre otras-, son un lugar de innovación para la cooperación agrícola. Se basan en una delicada articulación entre la implementación de una herramienta, la construcción de un colectivo, la preservación de estrategias individuales y la inclusión en un proyecto territorial.

Ahora bien, FRCUMA se pregunta ¿Es este fenómeno marginal o está anunciando nuevos modelos de desarrollo agrícola? En cualquier caso, vuelve a examinar cómo concebir la granja y sus relaciones con otras granjas. Es un fenómeno que en Francia, denominan 'cooperación para la producción agrícola'.

Los circuitos cortos permiten que el producto tenga una cierta identidad, si bien

sostiene Charboneau (2017) el modelo de productividad, escala y circuitos largos, está vigente, pero desde hace 10 a 15 años está surgiendo otro modelo alternativo, el de los circuitos cortos, sin descuidar que detrás de estos, no todo lo que llega proviene de productor pequeño, sino que también hay productores grandes que descubren que pueden vender una parte de su producción en estos, con prácticas agro ecológicas o no.

Estaría prevaleciendo que el consumidor valora el producto local, pero no sabe mucho sobre cómo se produce y conoce poco lo que esta consumiendo. Charboneau (2017) trabaja en la región Nueva Aquitania, Francia, y sostiene que hay muchos productores que tienen una producción convencional, pero que comercializan en los circuitos cortos pues entendieron que ahí había un mercado. Algunos consumidores asocian lo siguiente: si el producto es local, debe ser bueno. Considera que, dentro de unos años, habrá una toma de conciencia de parte de los consumidores, que demandarán productos de buena calidad o producción orgánica o ecológica.

Ploeg (2013) ha profundizado sobre los mercados más localizados anclando el concepto de “mercado anidado”. Sostiene que emerge en respuesta a mercados globales desregulados donde se comercializa una producción convencional a gran escala de productos estándar a través de canales largos, monetarizados, coordinados verticalmente y controlados por "los imperios alimentarios". Este último término califica a los operadores comerciales de upstream y downstream, en una posición oligopolística, conectando redes e instalando relaciones asimétricas con los agricultores. Para construir y renovar mercados anidados se pueden asociar diferentes actores. Estos, mientras se "anidan" construyen mercados emergentes o renovados en respuesta a los desafíos sociales, ecológicos de los mercados globales, cultivando su integración en el ámbito social local (PLOEG, 2013) e invocando nuevos enlaces sociales y espaciales entre producción y consumo. (HEBINCK et al., 2015)

Así, diferentes procesos (re) organizan estos mercados en beneficio de quienes dependen directamente de ellos, en particular productores y consumidores. Basado en la innovación y la cooperación dentro de redes compuestas de productores, o incluso involucrando a otros actores, reconfiguran las dimensiones sociales y espaciales de la producción y circulación de bienes y servicios. (HEINISCH, 2017)

De la relación entre la agricultura y la ciudad

Bajo este paraguas de las relaciones entre la agricultura y la ciudad se moviliza algunas formas organizacionales que se han desarrollado en Francia que permitan encontrar caminos posibles de comunicación, de entendimiento, de valorización entre quienes generan los alimentos y quienes los consumen, que mayoritariamente viven en las ciudades intermedias o en mega ciudades, que en un futuro cercano se incrementarían, y por ende será más difícil el entendimiento de saber cómo se hacen los alimentos, y cómo llegan a la mesa de los hogares.

Pero retomemos lo que se sostuvo más arriba: el consumidor sabe poco lo que está consumiendo. Algunos consumidores asocian lo siguiente: si el producto es local, debe ser bueno. Sobre esta base, se presenta a continuación algunos dispositivos que favorecen la construcción de espacios de participación como los Centros de Iniciativas para Mejorar la Agricultura y el Medio Rural (CIVAM), la interacción entre actores distintos como la Sociedad Cooperativa de Interés Colectivo (SCIC) y los dispositivos de contacto más directo entre productores y consumidores, como el caso Terracoopa, las tiendas campesinas, los camiones estantería, o los Puntos de Venta Directas (PVD).

Una vez finalizada la breve presentación sobre estas formas organizacionales y su relación con los consumidores, cerraremos el tema con un análisis crítico sobre los alcances y significados de la cooperación en proximidad.

Centros de Iniciativas para Mejorar la Agricultura y el Medio Rural

La red de CIVAM es un actor asociativo del desarrollo agrícola y rural en Francia, lleva más de 50 años trabajando para acompañar la vida rural, la educación popular y favorecer un lugar esencial de los agricultores y la población rural en la evolución de las prácticas agrícolas y el desarrollo rural.

El mundo agrícola y rural enfrenta múltiples y complejos problemas¹, para responder a estos desafíos, los CIVAM tienen como finalidad el progreso y la innovación a través de la difusión, fortaleciendo las alianzas con los actores sociales y ambientales. Esta red sostiene que el trabajo del agricultor tiene compromiso y

¹ Contaminación del agua, erosión del suelo, pérdida de biodiversidad, disminución continua del número de trabajadores agrícolas, fragilidad económica, desertificación de los servicios públicos, aislamiento, tensiones en torno a la tierra, aislamiento social.

responsabilidad hacia la población y el uso de los recursos. Los CIVAM también consideran que los agricultores deben ser reconocidos y valorados en su profesión. Deben poder participar en la capacitación y tomar decisiones importantes frente a los problemas alimentarios, sociales y ambientales. Desarrollan sistemas de producción que se basan en los principios de la agroecología. Los CIVAM no tienen un nuevo modelo "llave en mano" que proponer, sino un enfoque que permite a todos encontrar su solución dentro de un colectivo. Consideran que los modos de producción y organización deben estar supeditados a una perspectiva política que garantice la preservación de los bienes comunes y el intercambio de recursos y producciones. Las iniciativas llevadas a cabo por el CIVAM son variadas, lo que permite a la Red CIVAM interactuar con socios muy heterogéneos: actores del medio ambiente, sociedad, economía, desarrollo agrícola y rural, que son institucionales, tomadores de decisiones. Los CIVAM son abiertos y de apoyo y desean la participación informada de otros actores en la vida rural.

La Sociedad Cooperativa de Interés Colectivo: Las nuevas formas de interacción entre los actores

La presentación de este tipo de cooperativas permiten conocer una forma de acción colectiva distinta por involucrar a diferentes actores.² Fueron creadas más de 500 Sociedades Cooperativas de Interés Colectivo (SCIC), un 66 % fueron surgidas a partir de cero, son de tamaño diverso y concentran más de 3500 empleados. Alrededor del 50 % de las SCIC tienen por lo menos una colectividad territorial asociada -comunidades, municipios, alcaldías, agrupaciones de comunas-. Los sectores de actividad son muy diversos: agricultores -más de 20%-, construcción, cultura, deporte, comunicación, educación, investigación, energía y tecnología, servicios, entre otros.

El estatuto de las SCIC fue creado en Francia en 2001. Son sociedades comerciales que tienen un estatuto cooperativo y funcionan según las características tradicionales de este tipo de estatuto: libertad de adhesión, democracia -una persona un voto-, puesta en reserva indivisible de la mayor parte de los beneficios. Se trata de sociedades comerciales que toman dos formas posibles: a) Sociedad de Responsabilidad Limitada (SCIC SARL, dos asociados como mínimo), b) Sociedad Anónima (SCIC SA,

² La presentación de este tipo especial de cooperativas está basado en documentación facilitada por Vaquie, F. de FACUMA (2017) y en la tesis de grado profesional de Lapatie (2015).

37.000 € de capital mínimo). La finalidad social y el objetivo de la SCIC es la producción de bienes o servicios de interés colectivo que tengan el carácter de utilidad social. El proyecto económico supera el único interés de sus miembros: tiene que ser útil a la sociedad, por lo tanto, existe a menudo un fuerte vínculo con la noción de desarrollo sostenible.

La sociedad “multisociedad” asocia en la misma cooperativa varias categorías de socios, cada uno mantiene una relación determinada con la cooperativa. Los socios pueden ser proveedores, clientes, asalariados y otros asociados. Por lo tanto, una SCIC está compuesta por lo menos por 3 categorías de socios: a) beneficiarios o usuarios, b) productores -principalmente asalariados de la SCIC- y c) participantes diversos -colectividades territoriales, municipios, voluntarios, asociaciones o empresas asociadas, otros. Es posible establecer “entidades colegiadas” -comités- para ponderar el peso de cada categoría de socios en las votaciones.

Sociedad Cooperativa de Interés Colectivo Alter Conso

A principios del año 2000, un grupo de jóvenes de la ciudad de Lyon en Francia deciden desarrollar una actividad alrededor de la idea de circuitos agrícolas cortos o de proximidad y cestos de consumo, para crear fuentes de empleo. En 2006, crean una asociación y buscan productores agrícolas interesados, asociados y financiamiento. En 2007, encuentran un lugar para la actividad, desde entonces 25 productores y 200 consumidores se interesan en la propuesta y trabajan con ellos. En 2008, se crea la SCIC Alter Conso. Compra productos -verduras, frutas, lácteos, pan, vino, otros- a campesinos y los revende en forma de canastas que son distribuidas cada semana a los consumidores.

Existen 4 categorías de socios agrupados en 3 comités de voto: asalariados (8, derecho de voto: 33%), productores (46, derecho de voto: 33%), consumidores (700) reunidos en asociación (derecho de voto: 33 %), asociados y simpatizantes. La gobernanza se articula alrededor de la Asamblea General, un Consejo de Control integrado por asalariados, representantes de consumidores y de productores y finalmente 3 directores/gerentes -un miembro por cada colegio de asalariados,

productores y consumidores-. El volumen de negocios de la SCIC ha sido de cerca de 800.000 euros el primer año.

Estos proyectos son recientes, Lapatié (2015) sostiene que pueden extraerse enseñanzas y definir cuáles son los frenos para este tipo de cooperativas, así como las oportunidades y ventajas. Las problemáticas que se pueden presentar: un estatus relativamente complejo, poco conocido y relativamente nuevo, la colaboración puede ser complicada entre los diferentes sectores de actividad, entre actores diferentes de un territorio y entre familias cooperativas -cooperativas de asalariados, cooperativas de empresarios-. Las oportunidades y las ventajas que presentan son las siguientes: un medio eficaz para desarrollar proyectos económicos sostenibles al estar los proyectos enraizados en el territorio y al servicio de la sociedad y la estructura “multisociedad” juega un rol estabilizador que tiende a garantizar la fidelidad a los valores del proyecto y poner en marcha una gestión a largo plazo. Se trata de un proyecto económico que asocia a diferentes actores de un territorio y que asume una perspectiva de desarrollo sostenible: circuitos de proximidad de productos alimentarios, creación de empleo y el desarrollo de relaciones con los habitantes urbanos, usuarios y agricultores.

El caso Terracoopa: una experiencia de innovación organizacional cooperativa

Se trata de una cooperativa con características especiales: el proceso de organizarse fue de 5 años hasta que consiguieron el campo. Nace del encuentro entre una organización Idear, afiliada al sindicato de la confederación campesina. Su gerente e integrante, Le Clark (2017) es ingeniero agrónomo y uno de los fundadores de la cooperativa. Trabajaba para Idear y articulaba con una cooperativa denominada Cooperativa de Actividad y Empleo (CAE). Esta forma de organización es parte de la economía social francesa, que se llamaron primero cooperativas obreras y luego sociedad cooperativa y participativa.

La mayoría de estas cooperativas de empleo nacieron en el año 2000. La CAE de Montpellier, Francia nace en 1999 y cuando se encuentran los campesinos de la Idear y los miembros de la CAE, analizan como aplicar los conceptos al campo agrícola. Así nace la idea de trabajo y la obtención de un salario para actividades “ligeras”, es decir,

que no requieren inversión³.

En la entrevista realizada a Le Clark (2017) relata “cuando entras a la producción agrícola necesitas la tierra, y desde Idear acompañaban a gente que no era del campo, que no provenía del mismo ni tampoco tienen familia que conociera la actividad del campo”. Son personas que no tenían quien les transmitiera conocimientos, eso del saber hacer. Buscaron entonces una solución que les facilitara la entrada al mundo agrícola. Instalan nuevos agricultores, con un proceso distinto al oficial. Son personas que tratan de establecerse como campesinos y ellos generan las mejores condiciones para que lo hagan. Esto significó buscar un terreno para producir, les llevó años lograrlo. En el 2011 consiguieron una propuesta de la Metropól que lo constituyen unos 25 a 28 municipios lindantes con Montpellier, antes se llamaba Aglomeración y ahora Metropól. Esta compra fincas -aproximadamente 200 ha- de grandes productores o familias tradicionales e históricas que rodean Montpellier con el objetivo de mantener el uso agrícola de la tierra y la reparten en doce o trece productores. Un poco más lejos del conglomerado hay muchas más subdivisiones en pequeñas fincas dedicadas principalmente al viñedo. La tierra es pública y se entrega en alquiler por medio de un contrato a 18 años⁴.

Terracoopa recibe 10 ha para implementar su propuesta. La cooperativa de actividad les proveyó el sistema de gestión donde participan unas 40 personas. Empezaron 2 personas que fueron los primeros en el terreno con un proceso de diversificación de los servicios. En el comienzo eran totalmente urbanos, y sus servicios estaban relacionados a esta condición -poda de parques, de jardines-, ese trabajo está incluido en el seguro social. Desde el inicio abren estos dos campos de servicios urbanos y de producción, abriendo una tercera parte que es todo lo que tiene que ver, con formación, capacitación, y estudios⁵. Hoy cada parte representa un tercio de las 40

³ Brindar servicios como pueden ser: servicios de web, de fotografía, de servicios a las personas, entre otros.

⁴ En Francia. lo mínimo que se puede alquilar son 9 años, Normalmente es así, si hay algo alquilado a menos tiempo, es una excepción, incluso el productor que alquila por más de tres años, puede acogerse a la ley y cubrirse por los 9 años. Hay un derecho de la tierra que protege al inquilino.

⁵ Terracoopa tiene tres pilares, la producción básicamente hortícola, la capacitación y de estudios y los servicios livianos.

personas que integran la cooperativa. Cada uno, más allá de su actividad específica, es parte de la cooperativa, que también es una Marca, pues comercializa bajo esa marca y factura única de la cooperativa. Entre ellos también hacen comprar conjuntas, trabajan uno para otro y pueden tener dos actividades dentro de la cooperativa.

El estatuto prevé que hay una fase de prueba de 3 años, esta característica le viene de las cooperativas de empleo. Luego de ese período adquiere el título de socio. Cuando ingresa adquiere el marco legal para trabajar, comprar, vender o prestar un servicio. La persona sale de la economía subterránea -no formal- y puede ir a una feria, poner su mesa y vender. Posee un seguro social que lo provee el estado y tiene el acompañamiento de la cooperativa. Actualmente la cooperativa tiene 5 socios que los denominó emprendedores, los demás están en período de prueba. En el año 2018 eran 10 los socios.

La cooperativa tiene unas 30 ha, no todas propias, hay socios que entran con su propio lote que han conseguido o que han comprado. No hay una mutualización de los ingresos, sino que cada uno construye su ingreso. La mutualización está en los medios de producción, en los recursos, en el sistema jurídico, en la asistencia para la gestión, pero luego cada uno es responsable por su actividad. Esto la diferencia de una cooperativa total, donde todos trabajan y reciben un sueldo igualitario. En Terracoopa cada uno llega con su proyecto, y es quien debe empujar su propio proyecto.

Terracoopa tiene su propio estatuto. En Francia, hay aspectos centrales que todas deben respetar: una persona un voto más allá de lo que aporte económicamente, el uso del beneficio, hay una parte que debe colocarse en una reserva que no puede repartirse, la remuneración del capital, limitado a un 3%. Si una cooperativa termina su actividad lo colocado en reserva no se puede repartir, queda en el movimiento cooperativo. La Reserva legal el mínimo es 15 %, puede ser más.

Las Cooperativas de Actividad y Empleo deben colocar en el estatuto el objeto social del servicio que crea como actividad dentro de la cooperativa, también debe figurar el programa de acompañamiento y la calificación -costo que cobra la cooperativa por sus servicios- que son votados en la asamblea general, cada año. Las decisiones deben tener un mínimo de 65 % de los socios o adherentes. Tienen solo la asamblea general, no tienen por ahora Consejo de Administración, y en la asamblea general que se realiza una vez por año participan socios y pre socios y cada dos meses realizan

reuniones informativas. En la asamblea se elige el gerente por cuatro años. Si crecen habrá una separación entre presidente y gerente. Las dos funciones pueden recaer en la misma persona. El gerente es el que representa, se parece mucho a una cooperativa de trabajo. Cada socio decide cuanto trabaja, si trabaja más gana más, si trabaja menor gana menos.

En el campo hay tres rubros; hortícolas, aromáticas y platines, la mayoría son verduras, no tienen animales. Son todos orgánicos, decisión que se tomó desde el inicio. Hay una certificadora externa -Véritas- impuesta por ley a todos los que hacen orgánicos, al hacerla por Terracoopa les sale más accesible que si la tuvieran que realizar individual, Están preparándose para la certificación. Todos deben respetarla, si uno sale o no cumple, quedan todos afuera. En una misma empresa no puedes tener una producción en orgánico y otra en convencional. Si entre empresas, puede haber una orgánico y otra convencional. Los nuevos socios que vienen con un proyecto, el 90 % tiene un proyecto orgánico. No hay obligación de entrar a Terracoopa, por lo que si quiere hacer un no orgánico lo puede hacer por afuera de la misma.

Al comienzo la cooperativa tuvo subsidios públicos de distintas fuentes lo que les permitió arrancar y poder cobrar los primeros sueldos. Por ejemplo, de un invernadero al inicio hubo su subsidio de un 40 % de la inversión, con dinero de la región y de Europa sin retorno. Este subsidio, sostiene Le Clark (2017), no es muy conveniente pues el proveedor de invernadero sube el precio, la ayuda no se sabe bien para quien es, si para el productor o para el que hace los invernáculos.

La tienda campesina

Es una tienda de productores, atendida sólo por ellos y deben provenir de una distancia máxima de 80 km. Cada día van rotando, les toca atender 1 o 2 veces por mes. No tienen empleados. Cuando un consumidor entra en ese tipo de tienda, sabe que lo atiende y tiene un diálogo directo con el productor. Por norma debe ser el productor u otro miembro de la familia que exista legalmente en la finca quien debe ir a la tienda, es decir que haga tareas de producción. Deben estar presentes en la tienda, si crece pueden poner uno o dos empleados, pero no pueden dejar de estar presentes, pues se trata de un

comercio o tienda de venta directa. De esa manera acceden a una habilitación especial de pequeños productores que se cataloga como “venta directa” que no son las normas europeas agro industriales, son normas no tan duras, aunque tienen validez en toda Europa. Estas normas son principalmente para carnes y lácteos. Le Clark (2017) pone como ejemplo, que las normas agro industriales para lácteos no pueden aplicarse a un pequeño taller de quesos. Señala que desde que existen hay siempre una negociación para lograr una adaptación a las pequeñas escalas. La tendencia es ir hacia una forma industrial, pero siempre los productores defienden la posición de que deben adaptarse a sus realidades. Si venden a un intermediario o a un supermercado, se pierde la identidad como productor de venta directa y el acceso a las normas específicas.

Las tiendas, en Montpellier, comenzaron en el año 2000, en la actualidad son muchas, es un indicador que funciona el sistema. La tienda es alquilada por la asociación de productores, tienen un sistema de caja automática que les permite conocer cuánto vendió cada uno a fin de mes. La tienda le cobra a cada integrante de la sociedad -puede ser una SA- entre el 10 al 20 % de la facturación. Con eso pagan el alquiler, y los gastos de la caja automáticas, entre otros. Ellos saben que resignan un 20 % de su producción pero que venden todos los días. Si vendieran en un supermercado o un comercio bio, le cobrarían como mínimo un 30 % hasta un 50 %.

Estas tiendas campesinas, desde lo legal se identifican como “puntos de venta colectivos” vulgarmente se las identifica como “boutique paysana” -tienda campesina-, con un significado diferente de boutique, son especiales porque son de productores.

Estas tiendas las más históricas, forman parte de una red de tiendas que se identifican con una marca que tienen una flor como logo identitario. Las tiendas no tienen límite en la cantidad de socios. La mayor dificultad para abrir una tienda campesina es lograr armar el combo de productos. Si sólo tiene vinos es más difícil. Debe tener toda la gama de productos. En el caso de Terracopa, ellos están participando de alguna tienda.

Hay dos socias que están en la feria campesina, otra está en la feria de un pequeño pueblo cercano, otros venden a comercios o a la “Biocoop”⁶ que es una marca de tiendas orgánicas. En Montpellier hay aproximadamente 10 o 12 tiendas, no todas

⁶ Es de las primeras tiendas orgánicas de los años 80 del siglo pasado.

Biocoop, todos los años abren nuevas y consiguen mercado, lo que indica que cada vez hay más consumidores que buscan estos productos. No hay competencia, pues el mercado está creciendo, la demanda crece, sostiene Le Clark (2017). Ninguna cierra, después de 3 - 4 años, siguen abiertas, lo que indica que el negocio funciona. Los campesinos son los únicos que perdiendo dinero siguen trabajando. no se abandona la práctica y forma parte de su patrimonio.

Los consumidores y complejidad de actores concernidos

De la entrevista sostenida con Hasnaqui (2017) doctorante de la UMI con una larga experiencia de animación en un CIVAM, cuyo tema de investigación es “*entender el problema de la comunicación entre los agricultores y los consumidores*”, sostiene que existe un gran problema de comunicación, pues el CIVAM tiene por misión reforzar o acompañar la producción agroecológica, así como inculcar saberes para hacer economías de gastar menos en insumos, así como facilitar los intercambios y promover la compra conjunta, pero todo esto desde los habitantes urbanos poco se comprende y menos se valora. Respecto de los consumidores manifiesta que hay que mejorar la comunicación, promover lo que se llama “cara a cara”, abrir sus puertas, para saber qué decir como productor y como organizar la presentación. Conocer cuáles son las preguntas de los consumidores, que sepan de que se trata cuando están frente a productos agroecológicos. Hay una tendencia de los agricultores cuando se los interroga cómo les va, a decir “está todo bien”, “nos va bien”, y eso para los consumidores construye una imagen no favorable, pues dicen, si les va todo bien, entonces no necesitan ayudas, ni colaboraciones.

Hay una crisis en la comunicación, algunos agricultores sostienen: no somos pequeños, no somos flacos, no somos el 5 % de la superficie de los agricultores. Entonces la operación de cara a cara, no es una operación de márketing, sino de educación popular. A su vez los CIVAMs son muy diferentes de un lugar a otro, reflejan diversidad de situaciones, de contextos diferentes, de necesidades distintas, por lo que no puede generalizarse, sostiene Hasnaqui (2017).

Los productores promueven la visita entre productores para que se cuenten como

hacen las cosas, pero es mucho más difícil con los consumidores. Hay una enorme diversidad de preguntas de parte de estos, que marcan la diversidad de acompañamientos para lograr una mejor comunicación entre ambos. El tema es enrolar a consumidores en este tipo de proceso de capacitación para que aprendan a buscar al productor diferente y luego vendrá, como lograr enrolar a los productores más grandes en producir más agroecológicamente.

En los mercados de proximidad, como lo son los PVD, con los camiones estanterías en la feria local o los puestos paisanos, se produce un contacto cara a cara entre los que producen y los que consumen. Pueden explicar cómo hacen lo que hacen y porque buscan lo que buscan, cuando como consumidores sostienen “si es local, debe ser sano”, si es directamente comercializado por quien lo produce debe ser bueno. Nada se habla en este terreno, de un productor agroecológico o de un producto generado con bajo impacto ambiental.

Sostiene Hasnaqui (2017) “Uno observa que hay mucho habitante urbano que desconoce mucho sobre ese espacio raro que hay en los alrededores de la ciudad”. Asimismo, Charboneau (2017) sostiene “hay una enorme diversidad de los circuitos, es imposible que el habitante urbano pueda conocer las diferencias entre ellos y si logra incluso diferenciarlos”.

Cooperación en proximidad

En función de lo desarrollado sobre las nuevas formas de producir, de otra manera de organizarse y comercializar, se considera colocar en discusión el concepto de cooperación en proximidad. Se pretende instalar una discusión sobre la evolución de la cooperación, las interacciones entre distintos actores, las formas organizativas y espacios de competencia o solidaridades. La autonomía que se ha trabajado en el presente texto, como en otros anteriores Carricart (2019) pone en tensión la acción colectiva, indagando si se trata, de una acción por reacción o por emancipación.

El tema del empoderamiento se ha relacionado con el de la cooperación, sostiene en su tesis García Velasco (2017). Por un lado, diferentes autores en filosofía y ciencias sociales destacan que el empoderamiento del sujeto se construye en la relación y cooperación al otro, alimentando así, una crítica de la dependencia excesiva, en el nombre de la idea de autonomía.

Por otro lado, Ploeg (2008) moviliza una teoría de la recompensa, que explica mediante seis dimensiones los mecanismos para empoderar a los agricultores en relación con las dependencias a las que son sujetos entre estos. En su análisis de los mecanismos de empoderamiento, destaca el papel de formas de cooperación local, así como formas cooperativas territoriales, a las que se opone a menudo, con las cooperativas de suministro y las cooperativas de recolección. Por un lado, subrayando el antiguo carácter de la estrecha cooperación entre agricultores, el autor recuerda que toma formas muy diferentes en todo el mundo, y es reactivado por nuevas formas de agricultura, basadas en los procesos ecológicos de agro ecosistemas. La cooperación corresponde a la necesidad de ir más allá de la explotación para progresar en el empoderamiento, sin resignar los intereses individuales. Hace hincapié en que los apoyos a la cooperación para facilitar los cambios necesarios para el empoderamiento, tienden a limitar su reversibilidad y, por lo tanto, su anclaje al territorio. Su análisis lleva a enfatizar que esa cooperación ha sido descuidada, por no decir despreciada por las organizaciones del sector agrícola en sus procesos de modernización, asumiendo sólo roles sindicales y por la acción pública, la función de gobernar y regular el sector agrícola.

A ambas formas de acción colectiva algunos autores también resaltan el papel otorgado a las organizaciones agrícolas comerciales -cooperativas de suministro y recogida, agrupaciones de productores- que consolidan los procesos de modernización, en gran parte sujetos a procesos de concentración y des territorialización en las últimas décadas (NICOLAS, 1988) o empresarización (CARRICART, 2012b).

Por otro lado, Ploeg (2008) teoriza el fenómeno emergente de las cooperativas territoriales, visible en los Países Bajos, como un movimiento de auto organización agrícola para una mejor integración de las cuestiones ambientales en la realización de actividades agrícolas. El movimiento surgió en interfaz con las políticas públicas que se han desarrollado para tener en cuenta estas cuestiones cuya naturaleza centralizada, dificultaba la adaptación de sus instrumentos a realidades locales. Movilizó las capacidades y conocimientos propios de los agricultores para co concebir adaptaciones a las modalidades, para hacerse cargo de los problemas ambientales y sus actividades

agrícolas existentes.

Sobre la base de este concepto de cooperación territorial, Stock; Forney (2014) ponen en evidencia, ante diferentes contextos agrícolas del mundo, cómo estas formas de cooperación articulan la autonomía de los agricultores y tratar los problemas ambientales.

Varios estudios afirman que la transición agroecológica actual requiere cooperación entre múltiples interesados a nivel territorial, donde los agricultores representan sólo uno de los actores, entre otros para movilizar. Por eso nos invitan a ir más allá de las formas de cooperación entre los agricultores, a quienes consideran corporativistas, para incluir a los agricultores en los nuevos espacios comunes, como las SCIC. Según ellos, este es también un camino estratégico para romper el corporativismo agrícola (CARDONA; LAMINE, 2010) (CAPITAINE, 2005).

Matizar estos análisis, situando el trabajo colectivo entre los agricultores, como un elemento facilitador de estas colaboraciones de múltiples partes interesadas, donde estos pueden tener capacidades débiles para defender sus puntos de vista, pone en evidencia, los riesgos de la asimetría.

Darré et al., (1989) consideran los modos de cooperación local entre agricultores como situaciones de co-actividad entre agricultores, de naturaleza material -autoayuda, trabajo en compartir e intercambiar equipos u otros recursos- e ideales -discusiones, intercambio de experiencias y consejos-. En otras palabras, en estas situaciones de co-actividad, el trabajo agrícola es inseparable de una actividad de producir conocimiento de los individuos interactuando entre sí. Además, este universo de conocimiento interactúa con otro universo, el de las relaciones sociales, en el que se pueden observar procesos sociales de cooperación y conflicto. (LE GUEN, 2011) En estas situaciones de co-actividad, los agricultores buscan a través de las interacciones con sus compañeros, desarrollar diálogos técnicos. Eso les permite enriquecer su trabajo reflexivo para adaptar sus prácticas. Esta morfología de redes socio profesionales locales, configuradas por estas diferentes situaciones de co-actividad, determinan la densidad y calidad del diálogo entre agricultores, en el mismo territorio, o lo que Carricart (2012b) denomina entramados territoriales.

Estas redes, que tienden a producir representaciones de la realidad común, que forma un sistema local de estándares comunes, son por lo tanto ámbitos de habilitación

y vinculación para los agricultores. (GIDDENS, 1987) Este sistema de estándares son tanto un recurso, como una restricción para el agricultor: alejarse de ellos puede significar riesgo de marginación y confiar en ello, permite evitar posibles errores.

García Velasco (2017) movilizándolo a Darré et al., (1989), sostiene que se presenta un desafío estratégico para los cara a cara. Los diálogos técnicos son una condición esencial para el cambio técnico. De hecho, según este autor, cualquier experimentación e introducción de una novedad técnica por parte del agricultor, implica una reflexión de volver a elaborar, el modo de concebir la realidad y evaluar los actos, es decir, de su sistema conceptual. Ya sea una mejora, un nuevo artefacto o adopción de una práctica, la integración de este tipo de novedad modifica la lógica parcial o global del sistema productivo. Por lo tanto, al introducir una novedad, los agricultores están reconstruyendo sus concepciones de las cosas de una manera coherente, con las técnicas materialmente adoptadas para garantizar el control. Dicho de otro modo, cuando un agricultor cambia una práctica, su sistema de pensamiento dirige la atención a los actos, que también deben cambiar, para que él pueda mantener el control de sus acciones.

Esta reconstrucción del propio sistema conceptual, o representaciones, asociadas con la novedad técnica, corresponde a un proceso de ajuste de la forma de ver y actuar ante las circunstancias cambiantes. Sin embargo, este proceso está marcado por su carácter dialógico y oral, porque funciona por la palabra. Esto supone un retorno reflexivo sobre las formas habituales de decir cosas, de experiencias individuales, especialmente por medio del intercambio de estas experiencias entre pares. El diálogo hace posible hacer este retorno reflexivo: el discurso es el apoyo por el cual el agricultor avanza por sucesión de formulaciones y ajustes, en la forma de decir las cosas, permitiendo generar un sistema conceptualmente adecuado a la nueva situación resultante de la introducción de la novedad. Por eso, su transformación se realiza principalmente en una cadena de diálogos entre pares, que permite confrontar diferentes maneras de evaluar cosas y acciones, así como experiencias acumuladas. Para Darré (2006), el apoyo para el cambio técnico de los agricultores, necesita ser intensificado y mejorado por los diálogos técnicos entre agricultores, que operan a través de los modos de cooperación local u organizada a otras escalas.

Esta revisión de las condiciones sociales de la producción de conocimiento entre los pares de agricultores, Darré y sus colegas de GERDAL (Groupe d'Experimentation et de Recherche; Développement et Actions Localisées) consideran que la construcción del conocimiento agroecológico requiere atención y cuidado para la organización, de modalidades de intercambio y diálogo entre agricultores en diferentes configuraciones de interacción social entre pares: son el lugar donde los agricultores pueden acceder a recursos cognitivos complementarios, y modificar sus sistemas de pensamiento, con el fin de dominar la transición agroecológica. De hecho, estos autores destacan que la implementación de los cambios en la práctica son una alternancia de momentos de reflexión y análisis, problemas y situaciones, o de esta o aquella vía de solución, y momentos de poner en práctica algo concreto, de forma independiente o coordinada.

Este proceso es más o menos favorecido por la morfología de las redes socio-profesionales y la calidad de los diálogos técnicos dentro de ellas, así como en compartir experiencias a las que los agricultores pueden pertenecer. De ahí la necesidad de crear, dentro de ellos, las condiciones que pueden promover un discurso equilibrado de parte de los protagonistas, gestionando las lagunas en las posiciones sociales y, por tanto, el acceso al habla u oportunidades para ser escuchados dentro de estos espacios (RUAULT Y LÉMERY, 2009) Se trata de fortalecer la capacidad de estos colectivos para valorar las experiencias, las ideas e información de cada miembro del grupo (DARRÉ, 1996).

García Velasco (2018) y los autores que moviliza, pueden aproximarse a una reflexión sobre lo que se denominó en este escrito “producir, organizarse, comerciar y consumir de otra manera”. No es pretensión cerrar el tema, sino más bien se pretende enriquecer el diálogo, la reflexión y la crítica sobre los modos hegemónicos de producción agro industrializada, de formas organizativas cada vez más alejadas de los intereses de las personas y los innumerables desequilibrios ambientales y sociales que prevalecen en muchos lugares, sean estos más desarrollados, como el caso francés, o como en otros muchos más precarios y desorganizados, como el caso argentino.

La calidad de la alimentación y las formas en que se hacen los alimentos parecen estar bastante lejos de los equilibrios necesarios para una buena salud y un ambiente equilibrado, con capacidad de resiliencia.

Reflexiones finales

En el cierre de este escrito, más que conclusiones se dejan planteados nuevas preguntas o senderos por donde habrá que explorar o proponer transitar. La necesidad de formular Proyectos Alimentarios Territorializados (PAT), como los denominan en Francia, nos preguntamos: ¿Cómo mover las líneas o características de alimentación para sensibilizar a los consumidores como a los agricultores?, ¿Podría lograrse que la prácticas agrícolas evolucionen en función de una alimentación más sana?, ¿Será posible lograr una mayor autonomía y optimización del proceso productivo?, ¿Cómo podría aumentar la flexibilidad, reducir el tiempo de trabajo e incrementar los márgenes de los agricultores?

Algunas posibles respuestas a las interrogantes:

Valorizar todo lo que puede ser valorizado mediante el uso de nuevas técnicas o mediante la diversificación de los ingresos -creación de nuevas actividades en la explotación; valorización de elementos anteriormente desatendidos-.

Aumentar el valor agregado de los productos a través de la reducción de los intermediarios o a través de la apertura de nuevas cadenas de comercialización más rentables.

Disminuir las cargas, mediante la combinación de recursos o mediante la disminución de la compra de insumos.

Como incrementar la biodiversidad: no sólo como un bien común sino también un factor de producción al servicio de la humanidad, pero, sobre todo, del propio agricultor.

Impulsar un movimiento de transición para transformar el modelo de agricultura convencional hacia sistemas más autónomos y eficientes, capaz de preservar el medio ambiente.

En total coincidencia, se rescata lo sostenido por Lucas (2018, p.454) en la síntesis y conclusión de su tesis doctoral:

El contexto de desarrollo de la transición agroecológica del sector agrícola francés requerirá un papel más fuerte para que las redes de desarrollo agrícola, organicen la capitalización y el apoyo de la experimentación de dispositivos técnicos colectivos.

En su opinión, este trabajo de capitalización debe servir a dos propósitos: por un lado, se trata de facilitar el intercambio de experiencias entre los grupos interesados para consolidar las iniciativas existentes y emergentes, y por otro lado, este tipo de capitalización puede ayudar a hacer que estas realidades sean más visibles y viables, para hacerlas existir más fácilmente en el ámbito científico y político. Las condiciones de la transición agroecológica también requerirán el fortalecimiento de las capacidades de los agentes de las redes de desarrollo agrícola, para facilitar la dinámica de intercambio de experiencias y cooperación para un mayor número de agricultores.

Este refuerzo de las capacidades de capitalización y facilitación, supone diferentes enfoques de experimentación e investigación-acción que se llevarán a cabo en colaboración con los investigadores. Dados los muchos caminos de trabajo que se pueden extraer de los resultados de su trabajo de investigación, Lucas (2018) para el caso de Francia, invita a la red de CUMA y a las otras federaciones de desarrollo agrícola francés, a pensar en configurar un nuevo tipo de dispositivo, combinando investigación y acción, superador de lo que puede haber existido en el pasado. Considera pertinente, la creación de un mecanismo permanente de investigación, capacitación, experimentación y creación de redes de iniciativas locales para consolidarlas, desarrollarlas y hacerlas más visibles.

Finalmente, sirva el presente trabajo como un avance al logro de una agricultura diferente, donde se puede afirmar: **Es posible producir, organizarse y consumir “de otra manera”**.

Referencias bibliográficas

- BUSTOS CARA, R. *Actores y sujetos entre la estructura y la acción*. Bahía Blanca: Ediuns, 2002.
- CAPITAINE, M.. *Organisation des territoires des exploitations agricoles. Impact du recours à des collectifs d'action: la conduite de chantiers de récolte en CUMA*. Sciences du Vivant [q-bio]. Tesis. (Institut National Polytechnique). Lorraine, Francia, 2005.
- CAP VERT. *Proyecto Vivre, accompagner et soutenir la transition agroécologique en collectif Quels enseignements et perspectives*. 2017.
- CARDONA, A.; LAMINE, C. *Projets multi-acteurs et politiques publiques: un moyen de développer les systèmes bas intrants et l'agriculture biologique?*, *ISDA 2010, Cirad Inra-SupAgro*, p.11–23, 2010.
- CARRICART, P.; ALBALADEJO, C. *Reflexiones críticas sobre los espacios emergentes: las cooperativas agropecuarias y los espacios rurales en la región pampeana argentina. Un estudio de caso en Tres Arroyos, provincia de Buenos Aires*. *Trayectoria y Contextos Organizaciones rurales en la Argentina de los noventa*, v.1, 2005.

- CARRICART, P.; CARRICART, V.; ALBALADEJO, C. Las cooperativas frente a la mercantilización del territorio. El caso Bell Ville de la Cooperativa Agropecuaria Unión de Justiniano Posse, Córdoba, Argentina. *En Actas del Seminario Internacional transformaciones territoriales y actividad agropecuaria. Tendencias globales y emergentes locales. Departamento de Desarrollo Rural FCA y UNLP*, 2017. Revista electrónica: <http://libros.fahce.unlp.edu.ar/index.php/libros/catalog/book/96>.
- CARRICART, P. *Cooperativas rurales y territorios en la Región pampeana argentina. Transformaciones sociales, económicas y organizacionales*. Buenos Aires: La Colmena, 2012a.
- CARRICART, P. Procesos de Territorialización y Desterritorialización en el mundo Cooperativo. *Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios*, N° 36, 2012b.
- CARRICART, P. Que formas organizacionales y prácticas productivas favorecen la autonomía de los pequeños y medianos productores. *Revisa RAF, Revista Agricultura Familiar, UFFA*, v.14, n.2, 2020.
- CARRICART, P. Tensiones entre autonomía y acción colectiva. *Braz. J. Hea. Rev., Curitiba*, v. 2, n. 4, p. 2778-2795, 2019.
- COOPERATIVA TERRACOOA: Disponible en: <https://www.terracooa.net/> Acceso en: set. 2019.
- CHARBONEAU, M. Entrevista personal, Profesora titular de Geografía - Universidad de Pau y de los Países del Adour (UPPA). Docencia en el Departamento de Geografía y Planificación. 2017.
- DARRÉ, J. P. *La recherche coactive de solutions entre agents de développement et agriculteurs*. Paris: GRET, 2006.
- DARRÉ, J.-P.; LE GUEN, R.; LEMERY, B. Changement technique et structure professionnelle locale en agriculture. *Economie rurale*, v. 192, p. 115–122, 1989.
- DARRÉ, J.P. *L'invention des pratiques dans l'agriculture: vulgarisation et production locale de connaissance*. Paris: Karthala, 1996.
- FNCUMA. *Coopération Agricole de Production*. Francia: Editions Entraid, 2012.
- FNCUMA. *Coopération Agricole de Production*. Francia: Note de travail, 2012.
- FNCUM., *CUMA: cap vers l'agroécologie*. Francia: Editions Entraid, 2014.
- FNCUMA. *Fiche de présentation du projet CapVert*. Francia, 2014.
- FNCUMA. *Guide des bonnes pratiques de gestion des Cuma*. 2016.
- FNCUMA. *Parcours guidé vers la Cuma Intégrale, du regroupement de matériel... à l'assolement en commun. Guide pratique*. 2007.
- FNCUMA. *Projet Politique Fédération Nationale des Cuma 2017*. Francia, 2017.
- GARCÍA VELASCO, A. *Accompagnement des collectifs 'agriculteurs en Cuma vers la transition agroécologique et l'atténuation du changement climatique'*. *Etat des lieux et propositions pour un renforcement des actions du réseau Cuma*. Mémoire de fin d'études. Présenté pour l'obtention du diplôme d'ingénieur agronome Spécialité; Agro-Ecologie, du Système de production au Territoire (AGREST), 2017.
- GASSELIN, P.; CHOISIS, J.P.; PETIT, S.; PURSEIGLE, F.; ZASSER, R, S. (Ed). *L'agriculture en famille: travailler, réinventer, transmettre. Les Ulis*. France: EDP Sciences, 2014, p.201-222.
- GASSELIN, P. Entrevistas personales, UMR Innovation, INRA-SAD, Montpellier, Francia. 2017, 2019.
- GIDDENS, A. *La constitution de la société. Éléments de la théorie de la structuration*. Paris: PUF, 1987.
- HASNAOUI, N. Docotante UMI Montpellier. Entrevista personal. 2017.
- HEBINCK, P.; SCHNEIDER, S.; PLOEG, J. D. van der. *Desarrollo rural y construcción de nuevos mercados*. Routledge, Taylor & Francis Group. 2015.
- HEINISCH, C. *Nouveaux circuits alimentaires de proximité dans les Andes: contribution à la*

- reconnaissance des paysanneries* (PhD Thesis). Agrocampus Ouest, 2017.
- LAPATIE, P. *Determination des freins et leviers au developpement des abattoirs de proximite en societes cooperatives d'interet collectif (SCIC)*. (These professionnelle pour l'obtention du Mastere Spécialisé ACTERRA option Politique agricole et développement rural), 2015.
- LE CLARK, J. Cooperativa TerraCoopa. Montpellier (entrevista personal). 2017
- LE GUEN, R. *Pour une sociologie compréhensive de la profession agricole* (Mémoire de HDR). Université de Nantes, 2011.
- LUCAS, V.; GASSELIN, P. Campo agronómico Clermont En: Liberalización de las políticas públicas de los mercados lecheros: Evolución de las políticas públicas, consecuencias y adaptación de los actores económicos, 2016a.
- LUCAS, V.; GASSELIN, P. La potenciación de los agricultores en Cuma: Entre el pragmatism económico, activación de los procesos ecológicos y pérdida de confianza. En Coloquio científico SFER LML, 2016b.
- LUCAS, V.; GASSELIN, P. L'autonomisation d'éleveurs en Cuma : entre pragmatisme économique, activation de processus écologiques et perte de confiance. Communication au colloque SFER « Libéralisation des marchés laitiers », VetagroSup Clermont, 2016c.
- LUCAS, V.; GASSELIN, P.; THOMAS, F.; VAQUIÉ, P.F. Coopération agricole de production : quand l'activité agricole se distribue entre exploitation et action collective de proximité. 2014 .
- LUCAS, V. *L'agriculture en commun: Gagner en autonomie grâce à la coopération de proximité Expériences d'agriculteurs français en Cuma à l'ère de l'agroécologie*. (Thèse présentée et soutenue à Angers. These de doctorat de sociologie l'universite d'angers comue universite bretagne loire), 2018.
- LUCAS, V. *L'agroécologie induit-elle de nouvelles modalités de coopération entre agriculteurs ? : Etudes /Résultats intermédiaires*. 2015.
- LUCAS, V. Quêtes d'autonomie et recompositions des organisations collectives d'agriculteurs en Cuma: des points d'appui pour la transition agroécologique? In INRA-SAD, 10èmes journées des doctorants du SAD, 2016.
- MARTEL, P. Agroecological transition of famers belonging to a farm machinery cooperative and implementing conservation agriculture. Mémoire de fin d'études pour l'obtention du diplôme d'ingénieur agronome. ISARA, Lyon, 2016.
- MELUCCI, A. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. Centro de estudios sociológicos, El Colegio de México, México, 1999.
- NICOLAS, P. Émergence, développement et rôle des coopératives agricoles en France. Aperçus sur une histoire séculaire. *Économie Rurale*, p.116–122, 1988.
- OSTROM, E. A Behavioral Approach to the Rational Choice Theory of Collective Action. *American Political Science Review*, v. 92, p.1-22, 1998. <http://www.jstor.org/stable/2585925>
- Acceso en: fecha set, 2019.
- PLOEG, J. D. van der. *Peasants and the Art of Farming: A Chayanovian Manifesto*. Fernwood Publishing, 2013.
- PLOEG, J.D. van der. *The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization*. London: Earthscan, 2008.
- PROYECTO VIVRE. Accompagner et soutenir la transition agroécologique. En collectif Quels enseignements et perspectives? Rencontre de clôture du projet CAP VERT, 2017.
- RED CIVAM. Qué son los CIVAM. Disponible en : <http://www.civam.org/index.php/les-civam/valeurs-du-reseau?showall=&start=2>. Acceso en: 12, junio 2019.
- RUAULT, C.; LÉMERY, B. Le conseil de groupe dans le développement agricole et local : pour quoi faire et comment faire ?. In: C. COMPAGNONE, C. AURICOSTE et B. LÉMERY (éd.), *Conseil et développement en agriculture: Quelles nouvelles pratiques ?*. Quae, 2009, p. 71-96.
- RUAULT, C.; LESENS, P. Quelle évolution des pratiques des agriculteurs au sein des groupes AEP? (Synthèse de l'évaluation groupes AEP 2014-2015), Synthèse de l'évaluation groupes AEP 2014-2015, Conseil Régional de Bretagne, Rennes, 2017.

SABOURIN, E.; ANTONA, M.; COUDEL, E. *Séminaire Permanent Action Collective. Actes du séminaire*. Montpellier, France: Cirad, Colloques, 2003.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P.A. Resistance strategies and diversification of rural livelihoods: the construction of autonomy among Brazilian family farmers. *The journal of peasant studies*, v. 37, p. 379–405, 2010.

STOCK, P.V.; FORNEY, J. Farmer autonomy and the farming self. *Journal of Rural Studies*, v. 36, p. 60–171, 2014.

TITTONELL, P. Ecological intensification of agriculture – sustainable by nature. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v.8, p.53-61, 2014.

WEZEL, A.; BELLONS, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, Agroecology as a science, a movement and a practice. *Agronomy for Sustainable Development*, v. 29, p. 03-515, 2009.